

**Maria da Conceição Tavares**

da  
**SUBSTITUIÇÃO  
DE  
IMPORTAÇÕES  
do  
CAPITALISMO  
FINANCEIRO**

**Ensaio sobre Economia Brasileira**

**11<sup>a</sup>  
edição**

ZAHAR



EDITORES

## Além da Estagnação \*

O principal objetivo deste ensaio é abrir a discussão sobre as características fundamentais do recente desenvolvimento do Brasil. O debate não é estranho a outras economias da América Latina, dadas algumas semelhanças, de maior ou menor grau, entre elas e a economia brasileira. Serão, portanto, feitas, sempre que possível, referências à região como um todo ou a alguns países em particular.

Na primeira parte deste ensaio tenta-se demonstrar as debilidades da idéia sobre a estagnação econômica apresentada, em sua concepção corrente, como uma tendência geral que afetaria as economias latino-americanas. Atribuímos bastante importância a este ponto dado que, a nosso ver, a crença nessa estagnação prejudicou signifi-

\* Este ensaio foi escrito em colaboração com J. Serra. Contém parte do material utilizado pelos autores nos cursos da Escola Latino-Americana de Sociologia da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (ELAS-FLACSO) e da ESCOLATINA (Programa de Estudos de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade do Chile). Foi apresentado no 2.º Seminário Latino-Americano para o Desenvolvimento, promovido pela UNESCO e FLACSO em novembro de 1970 e publicado no *Trimestre Económico*, n.º 152, nov-dez. 1971, México, e na *Revista da Escola Latinoamericana de Sociologia* (FLACSO), vol. 1, jan. 1972.

Os autores agradecem a grande contribuição de Anibal Pinto no que diz respeito ao conteúdo e à forma deste ensaio, o que, evidentemente, não o compromete necessariamente com as idéias aqui apresentadas. Os valiosos comentários de Luís Sousa, Cláudio Salm, Fernando Henrique Cardoso, Luís Barros e Francisco Weffort contribuíram, igualmente, para o enriquecimento do trabalho. Finalmente, observe-se que as opiniões expostas neste ensaio são estritamente pessoais e não representam, necessariamente, o pensamento das instituições às quais os autores estão vinculados.

cativamente a evolução das interpretações sobre o funcionamento de algumas economias como, por exemplo, a do Brasil.

Após uma exposição geral do problema, analisa-se com mais detalhe a tese de um único autor — Celso Furtado — sobre a estagnação, apresentada em seu importante artigo "Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: Um Enfoque Estruturalista".\* A escolha recaiu sobre este trabalho, visto ser o que desenvolve de maneira mais explícita e rigorosa a referida tese.

Completamos a primeira parte com uma breve interpretação do processo de crise e recuperação da economia brasileira, em meados da década passada.

Na segunda parte, tenta-se caracterizar alguns elementos que dão forma ao estilo do recente desenvolvimento econômico no Brasil. Parte-se, para isso, de um enfoque que permita distinguir as formas particulares de certos elementos básicos que presidem o funcionamento de uma economia capitalista assumem na economia brasileira, associados aos processos de expansão, difusão e incorporação do progresso técnico e reconcentração econômica.

Por razões de tempo deixamos de examinar mais detalhadamente alguns aspectos importantes, como o sistema financeiro, que são fundamentais para a compreensão dos processos de expansão e reconcentração.

Não obstante o nível apenas exploratório de nossa análise, dedicamos bastante espaço à discussão de alguns conceitos e idéias tradicionalmente entendidos de maneira imprecisa ou mesmo equivocada.

Concluimos essa segunda parte e o ensaio com algumas indicações sobre o caráter das contradições e crises que presidem o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a fim de levantar idéias para análises posteriores.

É importante ressaltar que as idéias aqui desenvolvidas devem ser consideradas como hipóteses básicas para interpretações mais profundas e extensas sobre os diversos temas. Isso se verifica na despreocupação que tivemos em formular exemplos ou buscar destacar evidências estatísticas.

\* Trabalho incluído em A. Bianchi (org.), *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica*, Santiago, Ed. Universitaria, 1969, págs. 120-149.

## PRIMEIRA PARTE

## ESTAGNAÇÃO OU CRISE?

Devido ao esgotamento do dinamismo do desenvolvimento industrial sustentado pela substituição de importações em alguns países da América Latina, passou a prevalecer, em certos meios intelectuais e políticos da região, a crença de que grande parte das economias latino-americanas encontrava-se, a médio ou longo prazo, frente a uma situação de estagnação estrutural ou, no melhor dos casos, de insuficiência dinâmica. Esta convicção permitiu e reforçou numerosas análises que iam desde estudos empíricos até modelos teóricos, explicativos e a previsões várias.

Nossa idéia é de que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do "modelo" substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade.

Talvez sejam essas últimas circunstâncias que levem muitos estudiosos a concluir que a economia capitalista latino-americana vive num estado de prostração repetitivo. Após observarem que grande parte da população da América Latina está e tende a permanecer marginalizada dos benefícios do crescimento econômico, mantendo-se subempregada e a baixíssimos níveis de produtividade, afirmam que tal situação demonstraria a incapacidade dinâmica do capitalismo na região. A constatação é, obviamente, correta mas sua utilização naqueles termos não aponta para as diferenças entre os interesses dos grupos dominantes na América Latina e o interesse nacional. Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo etc. não constituem em si mesmo, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas relacionados com a absorção de poupanças, oportunidades de investimento etc.

Nos países capitalistas atualmente denominados desenvolvidos, a modernização da agricultura, a maximização

o que se entende melhor é que um período produtivo  
 não há um devido o crescimento e baixo produtividade  
 de (ou) substituição econômica



e especialmente no Brasil — nos centraremos em sua análise.

Furtado vincula a estagnação econômica à perda de dinamismo do processo de industrialização apoiado na substituição de importações. Nesse sentido, centra sua análise na evolução e comportamento da estrutura da demanda dependente, por sua vez, da distribuição da renda. Considera que a industrialização não foi de modo algum capaz de alterar substancialmente os padrões de distribuição da renda, altamente concentrados, herança da economia primário-exportadora, falhando em criar um mercado socialmente integrado e orientando o mesmo para a satisfação da demanda diversificada dos grupos de rendas mais altas. Progressivamente, a "faixa" de substituições possíveis e rentáveis foi-se restringindo a bens de consumo duráveis de maior valor e bens de capital que supõem, em geral, um coeficiente de capital por trabalhador mais alto que nas atividades "tradicional". A magnitude da demanda, em cada novo item a ser substituído, apresentava-se como relativamente pequena e isso teria criado importantes problemas de escala. Que deveria, portanto, ocorrer?

Vejamos, em primeiro lugar, a economia como um todo. Em termos de alocação alternativa de recursos, verifica-se, nos diferentes subsectores da indústria, uma redução da relação produto-capital (dada a concentração dos investimentos em atividades de maior coeficiente capital-trabalho), o que resulta num ritmo menor de crescimento para o conjunto da economia. Além disso, uma menor demanda de mão-de-obra por unidade de investimento significa uma redução relativa do ritmo de absorção de mão-de-obra, o que, em condições de salários estáveis, reduz a massa de salários em proporção ao produto industrial. Dado que os aumentos de produtividade refletem-se apenas em pequena medida na queda dos preços e, embora o fizessem em maior proporção, estariam restritos a bens de consumo não-massivos, a elevação do coeficiente capital-trabalho conduz a uma maior concentração da renda. Esse mecanismo reforça o esquema de orientação dos recursos produtivos para setores de menor relação produto-capital e, por outro lado, implica um crescimento relativamente fraco da demanda por bens produzidos em setores cuja relação produto-capital é mais alta (agropecuária, por exemplo). Daí aumentarem os motivos para que a economia cresça mais lentamente.

C.F. considera que, devido a um aumento, pelo substit. de in-  
f. to, por um processo de substituição (bens de consumo duráveis),  
a taxa de lucro é menor.

Poderia, não obstante, ocorrer uma situação mais otimista ao nível das próprias atividades "dinâmicas". No entanto, isso não se dá. As indústrias de bens de capital, ao enfrentarem maiores obstáculos devido à dimensão limitada do mercado e à falta de meios adequados de financiamento, só podem desenvolver-se se os preços relativos do setor alcançarem níveis extremamente altos. Esta situação tende a diminuir a relação produto-capital, o que, em condições de salários estáveis, implica uma redução da taxa de lucros. Esta circunstância é agravada pelas margens de capacidade ociosa prevaletentes na indústria de bens duráveis. A redução dos lucros na indústria moderna exclui a possibilidade de que a taxa de poupança possa aumentar a fim de compensar a queda na relação produto-capital. Desse modo, tanto do ponto de vista da economia como um todo quanto do setor dinâmico da indústria, o crescimento econômico tende a debilitar-se sob o influxo de uma relação produto-capital rapidamente decrescente em condições de salários estáveis.

2. O "modelo" proposto por Celso Furtado pode ser examinado a partir de três pontos de vista, evidentemente interdependentes. O primeiro relaciona-se com as próprias categorias usadas em sua análise; o segundo refere-se às hipóteses e à consistência interna de seu modelo; e o terceiro diz respeito a maior ou menor correspondência e poder de explicação frente ao que efetivamente ocorreu em alguns países.

Trataremos, a seguir, de desenvolver as observações referentes principalmente aos dois primeiros planos; os itens que se seguem contêm implícita ou explicitamente referências ao terceiro. Finalmente, cabe assinalar que esses três pontos de vista encontram-se presentes no decorrer de todos nossos comentários.

Parece evidente que o autor considera a evolução da relação produto-capital como um aspecto essencial no processo de estagnação econômica, embora esta categoria seja mais propriamente um *resultado* do processo econômico, ao contrário do que sucede com categorias relacionadas com o comportamento (como a taxa de lucro esperada). Por isso não nos permite explicar a dinâmica de uma economia capitalista. Ao tomar suas decisões de investimento, o empresário está preocupado com a taxa de lucro que poderá obter, ou seja, o fundamental será o lucro esperado sobre o investimento que virá a realizar. A rela-

↳ posição de C.F. - o sr. autor, sob

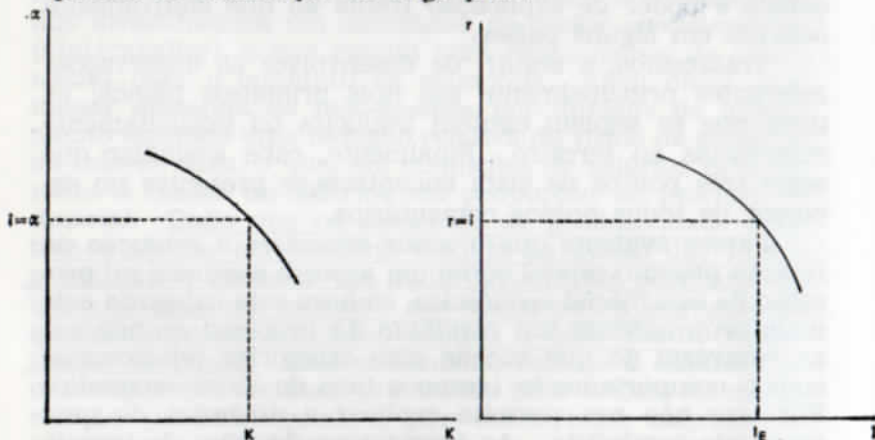
ção produto-capital não faz parte dos cálculos empresariais e constitui, melhor dizendo, um parâmetro tecnológico em termos físicos e um resultado em termos de valor para cada setor ou atividade em operação.<sup>3</sup>

A diferença apontada tem importância não apenas teórica como é relevante para a interpretação da estagnação tal como se verificou em algumas regiões. Como se verá mais adiante, no caso do Brasil a crise que acompanhou o esgotamento do processo substitutivo está mais relacionada com a redução da taxa de investimentos e com os fatores responsáveis por isto que com um eventual declínio da relação produto-capital.

Passemos agora ao núcleo do modelo de Furtado, a fim de examinar mais detidamente as conclusões do autor no que se refere à evolução da relação produto-capital e suas conseqüências sobre a economia.

Ao analisar o suposto declínio dessa relação no setor industrial — admitida uma elevação da dotação de capital por trabalhador, derivada da concentração dos investimen-

<sup>3</sup> Em termos de economia convencional, é muito comum confundir a rentabilidade esperada ou "eficiência marginal" do investimento com a relação produto-capital marginal. A primeira diz respeito ao comportamento do empresário e depende de suas expectativas frente a situações dadas ou em transformação no mercado. A segunda é determinada, em condições tecnológicas dadas, pelo processo de acumulação de longo prazo.



O determinante da dinâmica de uma economia capitalista é o comportamento empresarial que leva, evidentemente, em consideração as alterações nos parâmetros tecnológicos dados.

tos no subsetor de metal-mecânica<sup>4</sup> — o autor afirma que se "a taxa de lucro tende a igualar-se nas diferentes indústrias, pois ao contrário não se explicaria como as indústrias como uma notória inferioridade no que diz respeito à rentabilidade de capital atraem investimentos, levando-se em consideração que a taxa de salários é a mesma, devemos inferir que a relação produto-capital tende a ser tanto mais baixa quanto mais elevado o coeficiente de capital por trabalhador".

Ao fazer esta afirmação, Furtado parte de um suposto quanto à igualação das taxas de lucro que nos parece irreal, visto que em condições de mercado acentuadamente "imperfeito", com alguns ramos dominados por grandes unidades de produção que além disso possuem forte grau de monopólio tecnológico, não há por que admitir que se igualem as taxas de lucro das diferentes indústrias. São elas, pelo contrário, sempre maiores nos estratos modernos do setor industrial,<sup>5</sup> ainda mesmo quando têm menor relação produto-capital.<sup>6</sup> De todo modo, é er-

<sup>4</sup> Ao referir-se aos subsetores de maior densidade de capital e, portanto, como se diz, de menor relação produto-capital, Furtado não se refere aos ramos de bens intermediários que são precisamente os que nas fases avançadas do processo de industrialização substitutiva passam a exigir dotações de capital por trabalhador mais altas, tecnologias mais complexas e, em muitos casos, maiores dimensões de escala. Daí, inclusive, constituírem rubros importantes dos bens de substituição "difícil".

<sup>5</sup> Estas maiores taxas de lucro devem-se ao fato de que, nas indústrias mais modernas, a taxa de exploração da mão-de-obra tende a ser mais alta em função da maior produtividade e da não-transferência dessa maior produtividade aos salários ou aos preços, no sentido de aumentar os primeiros ou reduzir os últimos.

<sup>6</sup> A taxa de lucro pode ser expressa pela fórmula:

$$r = a \frac{m}{m + 1}$$

onde  $r$  é a relação de lucro,  $a$  corresponde à relação produto-capital em valor, e  $m$  à taxa de mais-valia (ou taxa de exploração)

$$m = \frac{p - w}{w}$$

onde  $p$  é o produto por trabalhador e  $w$  é o salário.

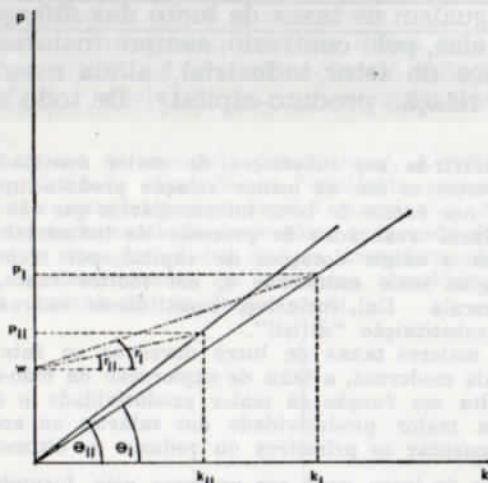
Apesar de muito simples, verifica-se muita confusão sobre as relações entre a taxa de mais-valia (mais-valia sobre o salário), relação produto-capital e taxa de lucro. Na realidade, a relação produto-capital pode ser consideravelmente menor num setor (I) que

$\hookrightarrow r > \text{lucro das empresas em } \frac{p}{w}$   
 $\hookrightarrow \text{relação } \frac{K}{I}$

rônea a causalidade que estabelece Furtado no sentido de que a igualdade das taxas de lucro implica que a relação produto-capital varie de modo inverso ao coeficiente capital por trabalhador, dado que se apóia numa relação puramente formal. Se nos mantivermos dentro de seu esquema de análise, e dadas as relações produto-capital, as relações entre as taxas de lucro (*expost*) constituem um resultado das taxas de mais-valia ou, em outras palavras, da relação excedente-salários.

Por outro lado, a idéia de que a relação produto-capital declina necessariamente quando se eleva o coeficiente capital-trabalho (que está associada a uma esquema

em outro (II) e, no entanto, a taxa de lucro ser muito maior dada a incidência da taxa de mais-valia.



$w$  = taxa de salário (que se supõe ser constante entre os diferentes ramos)  
 $k$  = capital por trabalhador  
 $tg$  = relação produto-capital =  $a$   
 $r$  = taxa de lucro

$rI > rII$  apesar de que  $aI < aII$ . Por quê? Porque  $mI < mII$  a ponto de compensar  $aI$  menor que  $aII$ , isto é:

$$\frac{mI}{mI + 1} = \frac{aII}{aI}$$

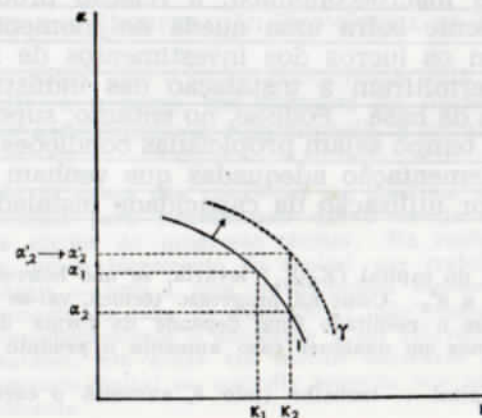
$$\frac{mII}{mII + 1} = \frac{aII}{aI}$$

analítico de corte neoclássico, de equilíbrio geral) não leva em consideração os efeitos do progresso técnico vinculado à acumulação de capital. É certo que o aumento do coeficiente capital-trabalho num setor ou atividade dá-se simultaneamente com a penetração ou difusão do progresso técnico, embora a difusão seja restringida. Sempre quando se acumula, os "novos" equipamentos que se incorporam à economia são mais "eficientes" para a dinâmica do sistema que os equipamentos preexistentes.<sup>7</sup> Neste sentido, se o progresso técnico é poupador de capital, haverá uma menor demanda de insumos de capital por unidade de produto, o que tende a frear os possíveis efeitos negativos da acumulação sobre a relação produto-capital. Não obstante, no entender de Furtado, o caso mais comum é aquele em que o progresso técnico poupa mão-de-obra. No entanto, ainda nessa circunstância a relação produto-capital só cairá se o aumento relativo da produtividade do trabalho se tornar menor que o aumento relativo da dotação de capital por trabalhador.<sup>8</sup> Além disso, se, neste caso, a relação produto-capital declina, é possível que a taxa de mais-valia aumente de modo suficiente para provocar um aumento do excedente a ser investido.<sup>9</sup> Em resumo, ou a relação produto-capital não

<sup>7</sup> Embora não o seja — a nível teórico — num modelo de equilíbrio geral de concorrência perfeita.

<sup>8</sup> Isto porque a relação produto-capital é igual à produtividade do trabalho dividida pela relação capital-trabalho.

<sup>9</sup> O gráfico, a seguir, permite-nos compreender melhor o raciocínio:



declina apesar do aumento do coeficiente capital-trabalho, ou se o faz, seus efeitos negativos sobre o excedente a ser investido podem ser impedidos por um aumento adequado do excedente subtraído à força de trabalho. A possibilidade de compensar os efeitos da baixa da relação produto-capital sobre a taxa de crescimento dependerá desse excedente se transformar ou não em investimento.

Embora não se deva ao aumento do coeficiente capital-trabalho, é indiscutível que, pelo menos em algumas atividades, a relação efetiva produto-capital tende, nas etapas mais avançadas do processo substitutivo, a permanecer muito abaixo da relação máxima possível. Em alguns casos isto se deve — e Furtado menciona isso — a que no processo de substituição de importações a fabricação interna dos equipamentos só tem início depois que os preços relativos alcançarem determinados níveis, significativamente altos, resultantes dos problemas relacionados com as dimensões limitadas do mercado e da escassez de meios adequados de financiamento das vendas. Conseqüentemente, reduz-se a relação produto-capital físico nas indústrias de equipamentos (como produtores) e, em valor, nas indústrias que utilizam esses equipamentos.

Em outros casos poderia funcionar no mesmo sentido situações de sobredimensão nas indústrias de bens duráveis tanto em conjunturas especiais que favorecessem a aquisição de equipamentos quanto devido a problemas de indivisibilidade dos mesmos.

Não obstante, não há nenhum motivo para admitir que, a nível macroeconômico, a relação produto-capital necessariamente sofra uma queda no momento em que se atualizam os lucros dos investimentos de infra-estrutura que permitiram a instalação das indústrias metal-mecânicas e de base. Pode-se, no entanto, supor que com o passar do tempo sejam propiciadas condições de demanda e complementação adequadas que venham a resultar numa melhor utilização da capacidade instalada. Ambas

A acumulação de capital ( $K_2 - K_1$ ) levaria, se não houvesse progresso técnico, de  $a_1$  a  $a'_2$ . Como há progresso técnico, vai-se de  $a_1$  a  $a'_2$ . É evidente que o resultado final depende da forma de  $1$  podendo  $a' < a_1$ ; mas em qualquer caso aumenta o produto por unidade

de insumo capital + trabalho (isto é, aumenta o excedente a ser reinvestido).

as situações tenderiam a provocar a elevação da relação produto-capital.<sup>10</sup>

É evidente que no caso de se chegar a uma crise — por razões não-vinculadas com a evolução da relação produto-capital — o problema é diferente, visto que a contração da demanda corrente provoca o aumento das margens de capacidade ociosa e a conseqüente redução da relação produto-capital. Mas isto seria, então, uma conseqüência e não uma determinante da crise.

Uma análise mais detalhada do modelo de Celso Furtado sugere, de maneira paradoxal, que se as categorias com que trabalha fossem as mais pertinentes, dificilmente se poderia concluir que a estagnação fosse inevitável no tipo de economia por ele estudada. No máximo, haveria uma ligeira desaceleração durante um certo período até que os efeitos dos fatores que freiam a tendência à redução da relação produto-capital se verificassem mais fortemente, mas a estagnação não seria de modo algum do tipo secular. Na realidade, ao trabalhar com "categorias resultado", na consideração das taxas de lucro das diferentes indústrias que tenderiam a igualar-se do mesmo modo que os salários, ao separar a intensificação do uso do capital da penetração do progresso técnico e, além disso, não considerar os efeitos deste sobre a produtividade dos investimentos nem os efeitos das diversas modalidades de economias externas, Furtado parece ter vestido a "camisa de força" de um modelo neoclássico de equilíbrio geral — elegante mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista.

## II. A CRISE E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

É indiscutível que a crise econômica pela qual a economia brasileira passou, em meados da década dos sessenta, esteve estreitamente relacionada, a nível estrutural,

<sup>10</sup> O fato do autor não mencionar as possíveis implicações da massa de recursos para investimento não é devida apenas a não considerar os efeitos do progresso técnico. Na realidade, embora Furtado diga que o incremento do capital por trabalhador — em condições estáveis — leva a uma redistribuição regressiva da renda (devido ao aumento da taxa de mais-valia), não conclui, como seria lógico, que conseqüentemente o excedente a ser reinvestido aumenta. Se este aumentasse, iria atuar em sentido contrário ao do declínio da relação produto-capital no que diz respeito aos efeitos sobre a taxa de crescimento.

\* O crescimento da economia vai depender do tamanho do N do K de Crescimento da Indústria

Sintet

↳ mesmo do critério de estudo de C.F.

com o esgotamento do dinamismo da industrialização baseada na substituição de importações. A economia havia esvaziado um "pacote" de investimentos complementares — fundamentalmente em bens de consumo duráveis e de produção — em que havia utilizado as reservas de mercado preexistentes, propiciando uma expansão da renda e uma diversificação do consumo. Passou, então, a necessitar de um conjunto de projetos para novos investimentos que pudesse ser introduzido numa seqüência temporal adequada, ou seja, depois de amadurecidos os investimentos do "Plano de Metas" correspondente ao Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). O novo "pacote" de investimentos deveria, neste sentido, cumprir um papel semelhante ao da onda de inovações de Schumpeter, a qual não ocorrendo regularmente no tempo tende a provocar profundas flutuações no desenvolvimento capitalista.

A inexistência de um volume adequado de investimentos, capaz de assegurar a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica, não se relaciona estritamente com limitações da capacidade produtiva (já suficiente em alguns ramos do setor produtor de meios de produção como metal-mecânica, equipamentos elétricos, máquinas, ferramentas, materiais de construção), mas sim com problemas relacionados com a estrutura de demanda e com o financiamento.

Quanto à demanda, o problema consistia na distribuição extremamente concentrada da renda entre uma pequena cúpula, limitando a diversificação e expansão adequadas do consumo dos grupos médios, exatamente o tipo de consumo que permitiria um melhor aproveitamento e ampliação da capacidade industrial instalada, com importantes efeitos de indução sobre a economia. Por outro lado, os recursos necessários ao financiamento de novos projetos de investimento privado estavam limitados pela evolução da relação excedente-salários e os de investimento público pela relação gastos-carga fiscal, além dos problemas existentes para a definição dos próprios projetos.

Deste modo, tudo levaria a crer que as possibilidades de crescimento do sistema estariam limitadas pela falta de recursos para financiar os novos investimentos e de demanda que os tornassem rentáveis, embora se contasse com um significativo potencial produtivo que não estava totalmente aproveitado. Nestas circunstâncias, a solução para o sistema consistia em alterar a composição

da demanda — redistribuindo a renda pessoal e seus futuros incrementos "para cima", a favor das camadas médias e altas — e aumentando a relação excedente-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados.

O problema do financiamento, no entanto, não se limitava aos aspectos relacionados com o volume de recursos a serem mobilizados, mas dependia também da forma como fazê-lo. O mecanismo utilizado ao longo do processo de substituição de importações estava inserido num esquema inflacionário que cumpriu um papel muito importante como "acelerador" da crise. A inflação havia permitido um relativo amortecimento das tensões salários-lucros, mediante a preservação de uma taxa ilusória de lucro para um número interminável de novos investimentos, especialmente nos setores de bens de produção vinculados ao forte processo de acumulação física do período 1957-1961. A rentabilidade esperada do capital empregado era mantida artificialmente pela valorização dos ativos reais frente à desvalorização da moeda, bem como por uma socialização dos custos de certos insumos básicos e bens de capital (política cambial) e dos custos financeiros (graças ao financiamento vindo do setor público e de outras fontes externas às empresas). Verificou-se, em consequência disso, um sobreinvestimento físico que tendia a diminuir a relação produto-capital marginal.

Com o descontrole de seus mecanismos de propagação, a inflação se acelerou, perdendo sua funcionalidade; nem as altas taxas de crescimento poderiam diminuí-la. A maior solidariedade dos preços relativos impedia uma transferência intersetorial dos custos, desmistificava os lucros ilusórios, estrangulava financeiramente as empresas. O acelerado ritmo de aumento dos preços levou à intensificação das pressões trabalhistas, enquanto os salários seguiam de perto os preços, limitando, assim, as possibilidades da redistribuição forçada.

O declínio da rentabilidade esperada dos investimentos, o fim dos lucros ilusórios e a redução do volume de recursos para investimento levaram a uma forte redução das taxas de investimento global, tanto público quanto privado.

No período 1955-1960 parece ter crescido a relação produto-capital na indústria. Entre 1960-63 — quando se configura o declínio das taxas de crescimento — não há nenhuma evidência sobre seu comportamento. Parece, no

entanto, que a contração da taxa de investimentos foi o elemento decisivo na crise econômica. Não resta dúvida que ao agudizar-se, fosse pela contração do nível corrente de atividade, fosse pelo debilitamento da taxa de investimento, generalizaram-se margens importantes de capacidade ociosa, com efeitos negativos sobre a relação produto-capital.

### Primeira Fase da Crise

A tendência à desaceleração se somou uma crise conjuntural, cuja natureza se relacionava com a busca de soluções para a própria desaceleração. Numa primeira fase reuniram-se diversas circunstâncias que configuraram esta situação. Entre elas devem ser ressaltadas as tentativas do Governo para redistribuir a renda em favor dos assalariados, através de uma política de salários e preços, freando, simultaneamente, a inflação, via contenção do gasto público ou do crédito privado e redução da liquidez do sistema mediante um programa monetário rígido (1963). Estas medidas tiveram um resultado nitidamente depressivo, visto que a curto prazo não era possível — nem o Governo tentava isso seriamente — fazer com que as mesmas fossem acompanhadas de uma efetiva reorientação dos investimentos e do aparelho produtivo que era sustentado com a compressão do nível de renda dos estratos sociais mais altos.

A redução do investimento público e o ataque direto ao capital estrangeiro (lei de restrição e controle das remessas de lucros) detiveram os planos de investimento nos setores mais dinâmicos, bem como em novos setores visados pelas corporações multinacionais (mineração, aço, petroquímico e equipamentos pesados), eliminando-se, desse modo, componentes autônomos que poderiam ter contrabalançado os efeitos da crise de demanda corrente na economia.

### Segunda Fase da Crise (1964-1966) e a Recuperação

1. A passagem da primeira à segunda fase da crise foi precedida pela mudança do regime no início de 1964. O panorama do capitalismo brasileiro, a curto prazo, não melhorou e, muito pelo contrário, acentuou-se a depres-

são, mas, então, deliberadamente, ao serem quase que totalmente freados os mecanismos habituais de financiamento relacionados com a política cambial, de crédito, de salários e do *deficit* público, que prevaleciam desde os anos cinquenta. A carga fiscal se tornou bem mais pesada, foram feitos cortes no gasto público e restringiu-se novamente o crédito. Juntamente com estas se instituiu uma drástica política de compressão salarial cujos efeitos sobre a economia foram ambivalentes — se por um lado aliviou as empresas no que se refere aos custos, por outro reduziu a demanda corrente.<sup>11</sup>

Apesar de tudo, essas medidas podem ser consideradas como “funcionais” do ponto de vista da luta contra a crise e da passagem a uma nova etapa de desenvolvimento capitalista. Várias empresas marginais de menor solidez financeira ou com pouca capacidade de endividamento foram liquidadas, limpando o campo para uma reconcentração da atividade industrial e comercial. Foi eliminada, conseqüentemente, parte da capacidade produtiva que “sobrava” no sistema, com evidentes efeitos positivos sobre a eficiência produtiva, pelo menos em termos dinâmicos.<sup>12</sup> A política de compressão salarial alterou substancialmente a distribuição funcional da renda em favor dos lucros das empresas que tinham melhores condições de sobreviver, o que permitiu, juntamente com algumas medidas de emergência para atender a problemas financeiros, a recuperação e expansão em etapas posteriores.

No entanto, duas reformas institucionais — a tributária e a do mercado de capitais — prepararam o terreno para um novo esquema de financiamento do setor público e privado.

<sup>11</sup> O famoso “estrangulamento externo”, pretexto para algumas teorias sobre a estagnação, desapareceu como por milagre (1964 e 1965), como conseqüência do rápido declínio da demanda de importações de bens de produção, resultante da redução dos investimentos. O balanço de pagamentos apresentou fortes *superavits* que permitiram, pela primeira vez desde a Segunda Guerra, uma considerável saída de capitais, apesar, inclusive, da radical mudança das regras do jogo, em franco favor do capital estrangeiro.

<sup>12</sup> Este processo foi acompanhado por uma acelerada desnacionalização, visto que não apenas as empresas estrangeiras eram mais capazes, como também obtiveram enormes facilidades para internar recursos financeiros (Instrução n.º 289).

crise da indústria  
de G. L. Martins  
→ industrialização pós-64

Desde 1966 o Governo vinha aumentando sua taxa de investimento, conseguindo atrair capital estrangeiro a curto prazo (Instrução n.º 289) a fim de alimentar a recuperação das indústrias dominantes, promovendo o desenvolvimento de uma série de empresas financeiras privadas e preparando os novos projetos de solidariedade entre o capital estrangeiro de longo prazo e o Estado (em minerais, equipamentos, petroquímica, construção naval, transportes, energia elétrica).

2. É fundamental observar que, no Brasil, ao contrário de muitos países da América Latina, o grau de desenvolvimento industrial na fase de esgotamento do dinamismo do processo de substituição de importações permitia a substituição física de parte dos artigos que antes se importava. Em outros países latino-americanos, o processo substitutivo se esgotou antes que as respectivas economias tivessem alcançado uma base material que lhes permitisse produzir os bens de produção necessários à realização de investimentos relativamente vultosos, intensivos em capital e tecnologicamente mais complexos.

O capitalismo brasileiro tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem que isto significasse o enfraquecimento dos laços de dependência externa, tornando-os, pelo contrário, mais estreitos). Dadas as condições materiais, este novo esquema impunha, ao nível econômico, reajustes pelo lado da estrutura da demanda, maior acumulação de recursos para investimento, definição de projetos rentáveis e complementares à capacidade produtiva preexistente, bem como algumas "correções" da estrutura produtiva através da eliminação de atividades sob a proteção da inflação e que não faziam sentido para o novo esquema de expansão. Esse quadro de soluções só poderia ser viável a partir de uma reordenação da política econômica pública no que diz respeito a financiamento, distribuição da renda, orientação dos gastos e assinação de recursos, exigindo, ainda, uma rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases.

Todos estes requisitos mostram as transformações que acompanharam a recuperação econômica. Como já foi dito, foram o objeto da ação dos primeiros anos do regime militar. Também já foi assinalado que um dos problemas importantes, ou seja, o dos recursos necessários ao financiamento de novos investimentos e à expansão da

demanda de bens duráveis (com evidente repercussão sobre a relação produto-capital das indústrias correspondentes), foi resolvido, no fundamental, pela absoluta compressão salarial. Isso nos leva de volta ao "modelo" de Furtado, que supõe que os salários reais na indústria se mantiveram, ao longo da industrialização, estáveis e regulados pelos setores de subsistência.

Pode-se entender melhor o problema se nos detivermos na evolução dos anos cinquenta. Neste período, embora o emprego industrial tenha crescido a uma taxa de 2,6% ao ano, é muito provável que o emprego urbano tenha aumentado a uma taxa maior devido à transferência do excedente gerado no setor industrial para outras atividades, através de vários serviços e gastos do Estado. Graças a isso foi possível, durante os anos cinquenta, haver um aumento da demanda de bens não-duráveis a uma taxa de aproximadamente 6% ao ano, permitindo assim que a substituição de importações mantivesse seu dinamismo até etapas avançadas, dada a demanda proveniente do subsetor "tradicional" de bens de consumo. Por outro lado, foi o fato de que a taxa de salário real na indústria, subiu nos anos cinquenta, junto com a massa de salários urbanos, que veio a permitir posteriormente o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, mediante inclusive uma redução absoluta dos salários, que se constituiu numa fonte essencial de financiamento da recuperação econômica.

## SEGUNDA PARTE

### ALGUNS TRAÇOS DO DESENVOLVIMENTO RECENTE DO CAPITALISMO NO BRASIL

No período decorrido entre 1966 e a atualidade (final de 1970) foram tomando forma algumas das características pertencentes ao novo estilo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Seria difícil pensar em dar uma visão integrada do novo esquema, seja por tratar-se de um processo inacabado, seja pela escassez de pesquisas de apoio, ou, ainda, por uma certa dificuldade de afastar-se dos padrões tradicionais de análise.

Por estes motivos, limitar-nos-emos à análise de certos traços que caracterizam os processos de expansão, in-

corporação e difusão do progresso técnico e da reconcentração na economia. Acreditamos que por este caminho pode-se explicar melhor a natureza e dinâmica recente do capitalismo brasileiro do que recorrendo a enfoques mais convencionais que partem da análise setorial, partindo daí para o global, identificando disfunções, desvios ou "maldades" do sistema. Além disso, é necessário ter presente que nesses enfoques, dada sua preocupação com o que "deve ser", tornam-se insuficientes para a compreensão do "por que é assim".

Devido às limitações deste ensaio, deixaremos de lado o tratamento específico dos aspectos relacionados com as alterações estruturais da sociedade brasileira, especialmente no que se refere às suas formas de organização econômica e social, aos vínculos setoriais e espaciais e às formas concretas de inserção da economia nacional no sistema internacional.

## I. A EXPANSÃO

### a) *Expansão e Crescimento*

Diz-se, às vezes, que uma economia está estagnada ou tende a esse caminho quando seu crescimento se desacelera em determinado período. No entanto, é possível que enquanto o produto global *per capita* esteja crescendo a uma taxa reduzida, estejam verificando-se, no interior da economia, avanços e retrocessos significativos na evolução dos diferentes setores ou estratos econômicos, bem como surgindo novas atividades "dinâmicas".<sup>13</sup> Neste sentido, a utilização da categoria "expansão" pode ser mais adequada que a de crescimento, visto que a primeira incluiria dentro de uma economia capitalista as flutuações cíclicas do nível de atividade econômica, bem como o caráter desigual e combinado do desenvolvimento desse sistema. O crescimento como tal representa medir o *resultado* do processo econômico, sem considerar suas características fundamentais.

<sup>13</sup> Seriam as atividades que em cada fase liberam a expansão das forças produtivas como consequência do processo de acumulação, inovações e/ou incorporação do progresso técnico.

A habitual identificação dos conceitos de crescimento e expansão origina-se, provavelmente, no fato de que nas economias capitalistas desenvolvidas a assimilação de ambos é mais fácil, visto que sua maior homogeneidade estrutural expressa e permite um grau de solidariedade maior entre o comportamento dos setores dinâmicos ("de ponta") e os demais, embora o desenvolvimento capitalista nem por isso perca seu caráter desigual e combinado. No entanto, para a análise das economias com uma estrutura produtiva altamente heterogênea, a identificação dos conceitos mencionados tem conseqüências muito prejudiciais visto levar à deformação da visão e interpretação das transformações econômicas que, efetivamente, ocorrem.

É interessante, para exemplificar nossa idéia, tomar o caso de Cuba, embora não seja uma sociedade capitalista. O fato de que suas taxas de crescimento global tenham sido muito baixas não significa, de maneira alguma, que a economia encontre-se estagnada no sentido literal e convencional da palavra. Muito pelo contrário, essa economia viveu um processo de acentuada expansão de novas atividades, de forte acumulação de capital e diversificação da estrutura produtiva. Foi exatamente a conjugação de uma drástica reorientação da economia, a busca de novas formas de organização econômica e social e a desaceleração ou flutuações nas atividades tradicionais (de grande peso na economia pré-1960, como a cana-de-açúcar e os serviços urbanos) que foram, em grande parte, responsáveis por uma baixa taxa de crescimento global. No entanto, isso ao invés de significar "estagnação" parece representar, pelo contrário, uma necessária e dinâmica fase de transição a um novo tipo de economia.

No caso do Brasil, pode-se dizer que a crise econômica de meados da década passada expressa também — como já foi dito — uma transição, não a uma nova economia mas a um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supõe, dada a existência de uma base produtiva adequada, um novo esquema de concentração do poder e da renda, bem como novos mecanismos de estímulo, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação

em sua acepção comum, apesar da redução da taxa global de crescimento verificado entre 1962-1967.

#### b) *Determinantes da Expansão*

Na realidade, o Brasil, juntamente com o México, constitui um dos casos mais típicos de integração (com ou sem crise) da expansão de sua economia ao capitalismo internacional, o que resultou numa alta taxa de crescimento que vem de longa data no México, sendo mais recente no Brasil (1968-70).

Ao analisarmos os países da América Latina, podemos dizer que um dos fatores-chave que determinou suas possibilidades de expansão foi, precisamente, o grau de maior ou menor solidariedade de suas economias com o capitalismo internacional. Por outro lado, foi a capacidade de liderança dos setores internos emergentes sobre o conjunto das economias que determinou se a expansão se traduziu ou não, em cada etapa, numa alta taxa de crescimento. O que determina a capacidade de difusão é o peso relativo dos setores dinâmicos na estrutura global, bem como seu grau de complementação interna e externa. Surgem, além disso, como elementos da maior importância em todo este quadro, as formas de relacionamento prevaletentes entre os agentes centrais do processo — o Estado e os capitalistas internacionais — principalmente no que se refere às políticas de alocação de recursos.

É importante evidenciar que os resultados, em termos de padrões de investimento e crescimento, variam de acordo com o tipo de relação objetiva que prevalece entre o País e os capitais externos nos setores estratégicos, bem como as formas de comportamento nacional no processo de tomada de decisões.<sup>14</sup>

Parece claro, no caso de algumas economias latino-americanas, que o processo de expansão se deu a partir de uma contradição entre seu modo de funcionamento,

<sup>14</sup> Estas formas podem caracterizar-se por submissão, antagonismo ou, ainda, tender a posições de tolerância ou negociação, não sendo, evidentemente, independentes das mencionadas relações objetivas que, por sua vez, podem verificar-se com base numa solidariedade orgânica ou, no extremo oposto, numa certa descomplementaridade ou disfuncionalidade, passando por um esquema configurado por uma clara divisão de áreas.

subordinado ao antigo esquema de dependência externa, e os requisitos para inserir-se no novo quadro regional e mundial de desenvolvimento do capitalismo. Seria o caso de países como a Bolívia, o Uruguai, o Equador e mesmo o Peru, até épocas recentes.

Em alguns países, pelo contrário, a "adequada" adaptação às novas formas de dependência (tecnológica e financeira) permitiriam, aparentemente, um processo de expansão, de novo tipo. No entanto, em outros países, seja devido ao peso relativamente reduzido dos novos setores emergentes (Chile até bem pouco tempo), seja porque o "antigo" capitalismo urbano e rural desempenha um papel contraditório com o modo de funcionamento exigido pelo setor moderno (Argentina), as taxas de crescimento global revelaram-se insatisfatórias.

No caso de países como México e Brasil, tendo-se conseguido superar as eventuais contradições internas (a nível das diferentes classes e setores ou subsetores), alcançou-se uma adaptação flexível ao esquema da "nova" dependência, podendo estes países expandir-se e crescer razoavelmente — no caso do México sem crise e, portanto, de forma muito mais sustentada — apoiados em seus mercados internos, de dimensões absolutas superiores aos demais.

Ao voltar-nos para o caso que nos interessa, o do Brasil, é importante chamar a atenção para algumas de suas particularidades com relação ao resto da América Latina, tomando como base as considerações anteriormente apontadas.

Em primeiro lugar, convém ressaltar o maior peso e complementaridade de seus setores "de ponta", em relação aos demais países da região. Observa-se também uma maior solidariedade orgânica entre o Estado e o capitalismo internacional, visto que ambos participam de modo predominante no investimento e produção dos principais setores dinâmicos sem que haja entre eles contradições importantes no plano da tomada de decisões. No entanto, o peso da participação dos setores dinâmicos controlados pelo Estado e o capital internacional foram aumentando na economia e constituindo um núcleo integrado de expansão recente.

O quadro adiante permite-nos observar sua potencialidade em termos de relações intersectoriais e complementaridade orgânica:

## NÚCLEO SOLIDÁRIO DE EXPANSÃO

<i>Capital estrangeiro</i>	<i>Estado</i>
<i>Mercado Interno</i>	
Material de transporte	Programa de transportes terrestres e marítimos
Material mecânico	Siderurgia
Material elétrico	Construção civil Programa de energia elétrica Programa de comunicações
Química	Petróleo e derivados
Serviços Financeiros	Serviços de utilidade pública
<i>Mercado Externo (exportações)</i>	
Pecuária	Café (política do)
Extrativa vegetal e mineral	Minério de ferro
Excedentes industriais	

Na atual etapa de desenvolvimento capitalista da economia, o Estado brasileiro não tem, ao contrário do que ocorria em épocas anteriores, maiores compromissos com a chamada burguesia "nacional" ou com esquemas de tipo populista. Neste sentido, teve as mãos livres para executar as reformas institucionais correspondentes a um acelerado processo de modernização e para promover, inclusive, uma divisão mais concreta de tarefas com o capital estrangeiro (enquanto Estado-empresário). Assim, foi possível o desenvolvimento de uma crescente solidariedade entre ambos no investimento e produção dos chamados setores estratégicos: petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações.

Nesta divisão de tarefas cabe, em geral, ao Estado a responsabilidade mais pesada, ou seja, a de atender ao mercado interno no abastecimento de insumos generalizados baratos e de economias externas que são, evidentemente, aproveitadas pelas empresas internacionais para

expandir-se internamente e até para exportar, explorando oportunidades de comércio internacional que ela mesma pode controlar.<sup>15</sup>

c) *A Acumulação no Processo de Expansão*

As particularidades já mencionadas do caso do Brasil enfatizaram o papel e o apoio mútuo entre os principais agentes da expansão — o Estado e o capital estrangeiro. Parece-nos, portanto, pertinente analisar, a seguir, alguns aspectos do processo de acumulação. Dentro deste tema é fundamental evidenciar os mecanismos de geração, apropriação e utilização do excedente, bem como as diferentes formas possíveis de acumulação, prevalecentes em economias como as nossas.

Num sistema capitalista, devido à disponibilidade e qualidade dos recursos, o volume de excedente depende, fundamentalmente, da relação entre o valor do produto gerado e o consumo dos produtores. No caso do capitalismo latino-americano são as atividades mais modernas e as empresas líderes que estão — num grau maior que em seus congêneres desenvolvidos — numa posição privilegiada para gerar e apropriar-se de uma parcela maior do excedente econômico. Isto não se deve somente à sua produtividade física mais alta, proveniente do uso de técnicas mais avançadas e eficazes, mas também ao fato de poderem manter as remunerações a níveis distantes dessa produtividade real devido, entre outros motivos, à gravação direta ou indireta do nível bem mais baixo dos salários no conjunto da economia. Por outro lado, não há forças competitivas que obriguem a uma transferência contínua e proporcional de suas vantagens relativas de produtividade aos preços. Finalmente, a presença das empresas tradicionais num mesmo mercado lhes permite deduzir uma quase-renda ou renda diferencial de suas vendas.

No que diz respeito à alocação do excedente, uma das formas mais importantes e que implica uma trans-

<sup>15</sup> A "iniciativa" privada nacional desempenha um papel relativamente secundário no setor industrial. Daí só haver sentido — e mesmo assim decrescente — a produção de bens de consumo não-duráveis. No entanto, é, pelo contrário, dominante no comércio e nas atividades financeiras, apesar de que também nestas últimas venha perdendo importância relativa em favor do capital estrangeiro.

ferência do mesmo é a realizada diretamente para alimentar a expansão do setor de serviços e as que são executadas, direta ou indiretamente, pelo setor público, através de sua política de rendas, emprego, gastos e preços. É importante notar, especialmente, a acentuada expansão do emprego em serviços pessoais e "diversos", que pode ser vista como uma forma de transferência de excedente da burguesia e altos grupos médios para setores da população que não chegam a incorporar-se ao sistema como força regular de trabalho, necessária para sua expansão. Essa transferência apresenta sua funcionalidade intrínseca quando permite incorporar ao consumo uma massa da população urbana cuja demanda alimenta, em grande medida, a expansão dos setores tradicionais.

Ao se analisar as possíveis formas de acumulação em nossas economias ter-se-ia que considerar em primeiro a forma semelhante à acumulação "primitiva" que se relaciona especialmente com a faixa da população marginal e com a agricultura. Essa forma só interessa ao sistema à medida que permite a expansão das atividades "depósito", destinadas a reter a mão-de-obra que de outra maneira não encontraria ocupação no aparelho produtivo. Por outro lado, este tipo de investimento assume maior importância quando chega a tornar-se solidário com o processo geral de acumulação como, por exemplo, na expansão da fronteira agrícola, na construção de vias de penetração ou de grandes obras públicas que servem de capital social básico à implementação de novas atividades, permitindo, ao mesmo tempo, manter ou aumentar os níveis de produção das indústrias de bens de investimento.

Em economias como as nossas, a forma de acumulação capitalista que pode ser considerada como "tradicional" baseou-se na acumulação interna de lucros dentro das empresas, alimentada pela grande disparidade entre o ritmo de crescimento dos salários e o da produtividade, e por uma série de subsídios, explícitos ou implícitos, ao capital concedidos pelo setor público.

Mais recentemente, vem adquirindo considerável importância novas formas de acumulação que poderíamos denominar de financeiras.<sup>16</sup> Começou a funcionar um

<sup>16</sup> A acumulação financeira sempre esteve presente, mas sob as formas tradicionais: variações na valorização dos ativos, operações especulativas e operação normal do sistema financeiro.

conjunto de agências financeiras nacionais e principalmente estrangeiras que se dedicaram a organizar um embrionário "mercado de capitais", tendo como objetivo fundamental permitir a acumulação de lucros sem relação direta com o processo de geração do excedente real e cuja função básica é facilitar a realização dinâmica de excedente. Por outro lado, essa evolução possibilita o aumento das margens de endividamento de todos os agentes econômico-consumidores, empresas, governo, bem como o deslocamento de recursos dos setores modernos cujo excedente não tem aplicação rentável para outros mais "novos" ou com taxas de crescimento e endividamento mais elevadas. Permite, além disso, um controle mais orgânico da expansão capitalista e orienta a integração do capital nacional com o estrangeiro.

Este esquema não evoluiu da mesma maneira nos diversos países da América Latina e pode ser observado como sua manifestação mais avançada o caso do México, Argentina e Brasil. No Brasil, a acumulação extrabancária e a especulação da Bolsa poderiam sugerir uma caricatura do velho capitalismo financeiro dos anos vinte nos Estados Unidos e, portanto, "anacrônico" se não fosse sua íntima integração com as corporações multinacionais que representam, por sua vez, a face mais moderna do capitalismo contemporâneo.<sup>17</sup>

No que se refere às outras modalidades de acumulação, o Brasil apresenta também peculiaridades importantes em relação a outros países da América Latina. Reúne enormes possibilidades de continuar a aumentar a acumulação primitiva de capital de forma solidária com a acumulação capitalista dos setores estratégicos nacionais e estrangeiros. Neste contexto insere-se, particularmente, o processo de abertura de novas áreas geográficas para a exploração de recursos naturais, o desenvolvimento

<sup>17</sup> Poder-se-ia dizer, parafraseando Baran, que o capitalismo brasileiro combina o pior dos mundos: ao mesmo tempo que é socialmente excludente, apresenta problemas típicos de capitalismo maduro. Neste último há uma tendência generalizada para o sobre-excedente que força o sistema a buscar, de modo contínuo, novas oportunidades de investimento, exatamente pela via do capitalismo financeiro e da obsolescência tecnológica acelerada. No capitalismo brasileiro existem, simultaneamente, excesso e escassez de excedente, dado o caráter polarizado de sua acumulação que determina a existência de problemas internos de escassez de oportunidades de investimento — "excesso de poupança" — frente às possibilidades de investimento rentável.

agropecuário e de outras atividades primárias e secundárias que se destinam ao comércio exterior ou a prover de insumos os outros setores dinâmicos internos. O exemplo mais notável e recente deste tipo de iniciativa é a abertura da Transamazônica, realizada com duplo propósito: ocupação de fronteira e exploração de recursos naturais. Ela representa mais um caso da estreita solidariedade entre os capitais internacionais e capitais nacionais, públicos e privados, seja na etapa da construção da estrada, seja na etapa de exploração (madeira, minerais e pecuária).

A acumulação interna das empresas foi significativamente acelerada nos últimos anos mediante o já assinado aumento do excedente extraído da força de trabalho incorporada às atividades urbanas, em proporção dificilmente igualada nos últimos decênios em qualquer outro país da América Latina. O salário real dos trabalhadores baixou tanto que o salário mínimo legal voltou ao nível do salário mínimo concedido no período imediato à pós-guerra. Como consequência disso, tornou-se possível para as empresas líderes obter elevadas taxas de lucro, mantendo-se, ainda, uma razoável taxa de rentabilidade para o capital nas empresas menores ou mais tradicionais do comércio e da indústria.

## II. A INCORPORAÇÃO E DIFUSÃO DO PROGRESSO TÉCNICO

Sabe-se que na América Latina e, particularmente, no caso do Brasil — dadas as características que assumiu o processo histórico de expansão capitalista — a incorporação e difusão do progresso técnico se limitou, em cada etapa histórica, aos setores responsáveis pela dinamização do processo e mais estreitamente integrados ao sistema capitalista internacional.<sup>18</sup> Assim sendo, a penetração da tecnologia moderna concentrava-se, fundamentalmente, nas atividades “de ponta” e sua irradiação limitava-se a alguns setores complementares cuja eficiência produtiva fora um condicionante importante para as

<sup>18</sup> Ver o ensaio, já citado, de Anibal Pinto, “La concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano”, sobre o assunto (*Trimestre Económico*, n.º 125, 1965, México).

possibilidades de expansão das novas atividades. Assim, na fase chamada de primário-exportadora, a modernização<sup>19</sup> limitou-se, em geral, ao setor exportador e à sua infra-estrutura de apoio;<sup>20</sup> na primeira etapa de industrialização baseada na substituição de importações, concentrou-se em certas indústrias de bens de consumo e em alguns serviços urbanos; na segunda etapa, nas atividades do complexo metal-mecânica (bens de consumo durável, insumos e bens de capital) e na química.<sup>21</sup> Finalmente, na etapa atual, caracterizada por um aprofundamento e diversificação do consumo, bem como pelo desenvolvimento das formas de acumulação financeira, a modernização manifestou-se na diversificação e comercialização dos produtos (troca de modelo, marca, serviços de propaganda e serviços financeiros), não exatamente ao nível da estrutura produtiva, no sentido de ampliações e modificações substanciais da mesma.

Se nos aprofundamos neste tema, podemos observar que o caráter que assume o processo de incorporação e difusão do progresso técnico resulta de uma sucessão de formas dominantes de expansão, em que a forma anterior pode atrasar-se rapidamente visto que a perda de sua capacidade relativa de geração e retenção de excedente está associada a uma tendência ao “congelamento tecnológico” relativo. Assim sendo, atividades, setores ou áreas que foram dinâmicos e modernos num momento passado, ficam relegados a um estrato intermediário ou poderiam até, numa perspectiva de longo prazo, assimi-

<sup>19</sup> Por modernização entendemos precisamente o processo de incorporação e difusão da tecnologia moderna. Neste sentido, ao nos referirmos à forma como se dá a modernização, estamos chamando a atenção para a modalidade de incorporação e difusão da tecnologia. Não há, portanto, nenhuma semelhança — nem sequer longínqua — com a utilização desse termo feita por certas correntes sociológicas, relacionada com a noção de processos de desenvolvimento unilineares e contínuos. A utilização do termo neste trabalho, embora possa levar a mal-entendidos, visa unicamente facilitar a redação.

<sup>20</sup> Irradiando-se com maior ou menor intensidade na economia de acordo com um conjunto de fatores, entre eles o tipo de produto exportado, a natureza da exploração, a origem da propriedade (nacional ou estrangeira) das atividades de exportação etc.

<sup>21</sup> No Brasil, a taxa de expansão nestas atividades foi tão alta que originou um poderoso efeito de indução sobre alguns ramos da indústria “tradicional” que, então, se modernizaram bastante, tais como a indústria têxtil e alimentícia.

lar-se ao chamado primitivo, pelo menos no que se refere aos contrastes nos níveis de produtividade no interior do sistema econômico.<sup>22</sup> Isso implica que o processo tenda a acentuar a heterogeneidade estrutural do sistema e também a modificar as condições concretas em que ela se apresenta. Esta última consideração se revela no fato de que não são as mesmas partes ou estratos do aparelho produtivo que se distanciam em termos de produtividade com o passar do tempo, mas sim que as "colocações" relativas dos principais segmentos vão-se modificando.

<sup>22</sup> O tratamento mais completo dos conceitos de estratos produtivos moderno, intermediário e primitivo encontra-se no artigo de Anibal Pinto "Notas sobre la heterogeneidad estructural en América Latina", *Trimestre Económico*, n.º 145. Dada a finalidade deste ensaio, é interessante transcrever um fragmento do ensaio de Pedro Vuscovic ("Distribución del ingreso y opciones del desarrollo", Cuadernos de la realidad nacional, CEREN, Universidad Católica de Chile, n.º 5, setembro de 1970); "... vem-se gerando assim uma pronunciada heterogeneidade nas estruturas econômicas, com estratos claramente diferenciados tanto quantitativa como qualitativamente, do ponto de vista de sua produtividade. Um grupo desses estratos constitui o que se poderia qualificar como um setor "moderno", no qual tomam parte as unidades econômicas que funcionam com formas relativamente eficientes de organização, produtividade crescente e níveis tecnológicos e de dotação de capital por pessoa ocupada relativamente altos. No outro extremo, subsiste um setor que poderia ser designado "primitivo", constituído por unidades econômicas que trabalham a baixíssimos níveis de produtividade, quase sem utilizar nenhum tipo de mecanização, com uma densidade insignificante de capital e onde as tecnologias utilizadas são extraordinariamente atrasadas. Entre ambos os extremos situa-se um estrato 'intermediário' que se diferencia do anterior pelos seus níveis de produtividade e seu grau de integração no mercado nacional, tendendo a distanciar-se progressivamente dos padrões e características do setor moderno. Esta diferença entre estratos marcadamente diferentes do ponto de vista da produtividade pode ser observada não somente no conjunto da economia mas também em cada um dos principais setores da atividade econômica. Em outras palavras, não se trata apenas de que existam alguns setores cuja produtividade média seja notoriamente inferior à dos outros: o problema é que, além disso, dentro de cada uma desses setores apresentam-se descontinuidades muito claras entre estratos com produtividades muito diversas" (pág. 42). Estima-se que na América Latina um oitavo da população ativa encontra-se no estrato moderno, gerando aproximadamente a metade do produto. Por outro lado, um terço da população ocupada corresponde ao estrato primitivo, no qual se geraria 10% do produto total.

### Homogeneização ou Heterogeneização?

Se examinarmos dentro de uma óptica dinâmica o processo de incorporação e difusão do progresso técnico na América Latina, podemos perguntar o seguinte: Ao chegarem as atividades modernas a uma certa dimensão absoluta no quadro global, não haveria, eventualmente, um forte impulso à generalização do progresso técnico que conteria, quase que por definição, uma tendência à homogeneização produtiva do sistema?

Pensamos, a esse respeito, que no caso do Brasil, embora possa existir um potencial produtivo suficiente para a homogeneização, a presença de outras características essenciais de funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido tende a *frear* a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico.<sup>23</sup> Trataremos, a seguir, de desenvolver o porquê desta convicção.

É necessário, em primeiro lugar, deixar claro que para que existisse aquela tendência à modernização generalizada, hipótese de alguns analistas, seria necessário que uma proporção crescente do excedente global da economia voltasse, sob a forma de investimentos, aos setores não-modernos de modo que, com o tempo, fossem diminuindo as diferenças de produtividade. Sabe-se perfeitamente que isso não ocorre atualmente na maior parte dos países da América Latina e a razão disso deve ser buscada nos elementos que condicionam a assinação dos investimentos nas economias capitalistas que estão, obviamente, relacionados com a rentabilidade relativa das mesmas, isto é, com as taxas de lucro que podem ser obtidas nas diversas atividades. Nas economias de região, tanto a própria natureza das atividades dinâmicas quanto o caráter dominante dos grupos sociais que as controlam permitem manter uma maior taxa de rentabilidade relativa para os setores modernos em expansão, precisamente à medida que se mantenha polarizada a circulação do excedente, ou seja, que se restrinja a difusão

<sup>23</sup> Divergimos neste ponto de uma das teses de Antônio Castro, ou seja, aquela que se refere à modernização generalizada da agricultura; veja-se a esse respeito "Agricultura, Emprego e Desequilíbrios Regionais — Perspectivas", em *Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira*, *op. cit.*

do progresso técnico e de seus frutos. Aprofundemos um pouco mais estas idéias.

Se tomarmos o processo econômico do ponto de vista do setor moderno, podemos observar todo um conjunto de circunstâncias, estreitamente inter-relacionadas, que formam um tipo de esquema fortemente centrípeto no que diz respeito à circulação do excedente. É bastante conhecido o fato de que a evolução dos padrões de distribuição de renda que acompanhou o desenvolvimento recente de economias como a brasileira (veja-se o item III da Segunda Parte) garantiu crescentes margens de demanda — dos grupos sociais médios e altos do meio urbano e, sobretudo, metropolitano — para as atividades produtoras de bens conspícuos, que direta ou indiretamente estão ligados aos setores dinâmicos, permitindo uma expansão rentável dos mesmos. Por outro lado, esta situação foi, num duplo sentido, reforçada pela ação do Estado: a) na orientação dos investimentos públicos com a finalidade de proporcionar diversas modalidades de economias externas às atividades do setor moderno ou beneficiar diretamente o consumo de grupos incorporados a este setor; b) na política econômica propriamente dita. Seria o caso da política salarial cambiária e mesmo de financiamento, tendentes a beneficiar direta ou indiretamente as atividades e o consumo moderno.<sup>24</sup> Esta concentração de investimentos privados e públicos e do consumo, bem como as facilidades institucionais criadas, tendem a permitir que a acumulação do excedente gerado no pólo moderno se mantenha em condições de certa rentabilidade.

Apesar de se verificarem amplas condições de preservação da taxa de lucro mediante o esquema de acumulação polarizada, é importante notar que neste mesmo esquema configura-se implicitamente uma contradição permanente entre a geração de um montante rapidamente

<sup>24</sup> Poder-se-ia pensar que, por outro lado, o Estado, através dos gastos sociais e das políticas de desenvolvimento regional, se "redimiria" de seu papel anterior. Não obstante, não é isso que se verifica, não só dado o duvidoso significado relativo de seus gastos sociais como também porque o desenvolvimento regional que promove tende a repetir a modalidade concentradora e excludente do desenvolvimento global. O Nordeste brasileiro representa um exemplo notável deste problema.

crescente de excedente e as possibilidades de sua realização no restrito marco de sua circulação. Como se verá mais adiante, este sistema busca, para escapar a essa contradição, saídas pelo lado de um processo permanente de desconcentração e reconcentração da renda que lhe permite sucessivas ampliações do mercado de acordo com as características de cada etapa de expansão.

Analizando o processo pelo ângulo da ampliação da capacidade produtiva e da incorporação do progresso técnico, podemos observar que a aludida contradição propicia ciclos de modernização. De fato, ao esgotar-se, em cada etapa de expansão, os efeitos da complementação intersetorial no interior do pólo moderno, o excedente aí gerado tende a invadir algumas atividades tradicionais ou correspondentes a estratos intermediários de produtividade, mas de forma restrita, em atividades que moderniza rapidamente. A que se deve este caráter restrito?

Ter-se-ia que considerar, por um lado, que a maior proporção das atividades modernizadas corresponde àquelas que guardam relações funcionais com o setor moderno — por exemplo, atividades que produzem insumos primários para a indústria ou alimentos para os mercados urbanos privilegiados. Em ambos os casos, existem forças que levam a uma modernização mais ou menos inevitável mas, ao mesmo tempo, há importantes limites para que esse processo avance sem que se deteriore a taxa de lucro relacionada com a própria modernização.

Vejamos quais são esses limites. Em primeiro lugar, a baixa elasticidade-renda da demanda de alimentos dos grupos sociais médios e altos que constituem os mercados privilegiados; em segundo, encontra-se o fato de que a direção do progresso tecnológico indica, em épocas recentes, uma tendência a uma progressiva "poupança" de insumos pouco elaborados ou à substituição destes últimos por produtos industrializados — matérias-primas sintéticas, por exemplo — que correspondem ao surgimento de novas atividades modernas. Daí diminuir no conjunto das atividades tradicionais o peso relativo daquelas que mantêm relações interindustriais com o pólo moderno. Poderíamos, finalmente, pensar no que ocorre com as atividades intermediárias e primitivas que produzem para o mesmo mercado que algumas atividades modernas. Neste caso, a modernização implica a destruição de atividades tradicionais preexistentes. Essa destruição,

no entanto, não é levada às suas últimas conseqüências — se o fosse, alcançar-se-ia a homogeneização produtiva global — visto que o funcionamento no mesmo mercado de atividades com importantes diferenças de produtividade permite às mais eficientes receber uma renda diferencial em cada etapa de expansão e proteger sua taxa de lucro em períodos de crise.<sup>25</sup> Portanto, a generalização dos investimentos modernizantes nas atividades primitivas competitivas das modernas implicaria um declínio de sua rentabilidade, o que tende a frear uma modernização permanente nessa direção.

Poder-se-ia pensar que a situação se alteraria à medida que a demanda por alguns artigos “tradicionais” de uso difundido se dinamizasse em certos períodos — por exemplo, alimentos cujo consumo é mais difundido. Não obstante, parece mais provável que os investimentos “modernizantes” tendam a satisfazer os incrementos da demanda sem perder seu caráter restrito, seja por se darem em empresas que já possuem uma maior produtividade ou dado o grau de progresso técnico que trazem, o que lhes permite gerar consideráveis aumentos de produção mediante a criação de novas empresas ou modernização de algumas poucas empresas não-modernas.

No caso das hipóteses por nós levantadas serem verdadeiras, é possível concluir que a modernização e a intensificação do capital tendem, efetivamente, a processar-se, em cada etapa de expansão, de modo restrito a algumas áreas e subsetores. Com isso, enquanto ampliam-se os estratos modernos, aprofunda-se, necessariamente, a heterogeneidade estrutural. Nos três setores básicos da economia — primário, secundário e terciário — passam a coexistir todos os padrões tecnológicos possíveis; as diferenças intrasetoriais por estratos de produtividade chegam a ser tão importantes ou mais que as clássicas diferenças intersetoriais.

<sup>25</sup> Para algumas atividades, a renda diferencial se origina da operação a menores custos físicos levando a vendas a preços regulados pelas atividades de custos físicos superiores. Referimo-nos a renda diferencial no sentido ricardiano; não deve nunca ser confundida com o sobrelucro do monopólio que se verifica em qualquer estrutura oligopólica, onde coexistem empresas grandes e pequenas, ambas modernas, sendo a política de preços ditada pela grande e servindo as pequenas de “colchão” amortecedor.

### Neodualismo?

Seria pertinente perguntar, então, se o aprofundamento da heterogeneidade estrutural que acompanha o desenvolvimento capitalista dependente subdesenvolvido representa algum tipo de desintegração entre os estratos produtivos modernos e primitivos. Não há, no nosso entender, maiores fundamentos para essa conclusão.

A idéia de desintegração — social ou econômica — parece ser um velho resquício de determinados modelos “dualistas” (à la Boeke) que admitiam como possível a configuração de dois subsistemas praticamente independentes dentro de uma mesma sociedade. Alguns autores da escola “estruturalista” latino-americana, que partem, em sua análise, da integração de nossa economia no novo sistema de poder do capitalismo internacional, se contagiaram e tendem, às vezes, a enfatizar, por contraste, a desintegração interna provocada por essa forma de relacionamento.<sup>26</sup> Outros autores, como contrapartida, considerando a complexidade das relações estruturais internas, estabelecidas a partir da evolução e transformações das formas de dependência, reconhecem que o processo de heterogeneização estrutural não é um fenômeno de desintegração mas de sobreposição de cortes transversais e horizontais que produz uma estratificação econômica e social com planos e graus diferentes e assíncronos de integração.<sup>27</sup>

Embora não estejamos de acordo com a análise de Antônio Castro no que diz respeito à idéia de que existem tendências à modernização generalizada do sistema, reconhecemos, como ele, que o processo de incorporação e difusão do progresso técnico vigente no Brasil verifica-se em todos os planos e que a integração global do sistema se manifesta, claramente, pela penetração dos meios de transporte e comunicação de massas que permitem, entre outras coisas, a formação de um mercado nacional unificado para a maioria dos produtos comerciais e uma maior mobilidade espacial da mão-de-obra.

<sup>26</sup> Ver o ensaio de Osvaldo Sunkel: “Desarrollo, subdesarrollo, dependencia, marginalización y desigualdades espaciales; hacia un enfoque totalizante”, Santiago, 1970 (mimeografado).

<sup>27</sup> É o caso de Anibal Pinto em “Diagnóstico, estrutura y esquemas de desarrollo en A. Latina”, *op. cit.*, e de Luciano Martins, *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968.

No entanto, se pensarmos em termos dinâmicos, podemos afirmar que a idéia de que os estratos modernos e primitivos se dissociam um do outro, tendendo a existir de maneira cada vez mais separada e autônoma, é responsável, em sua simplificação, pelas teses neodualistas. Na realidade, embora a heterogeneidade continue se aprofundando, há, dentro do conjunto do sistema em movimento, uma contínua alteração de posições das diferentes atividades que acompanham o processo de expansão e modernização cíclicas. Assim, a "composição" dos diversos estratos não é um absoluto constante. Há atividades primitivas que passam a modernas e outras modernas que passam a intermediárias, do mesmo modo que há intermediárias que se modernizam, mantêm-se ou retrocedem. Estamos longe, portanto, da idéia de coisas separadas, com pouca relação entre si. Trata-se de um mesmo sistema, cuja heterogeneidade se aprofunda sem que haja ruptura entre suas diversas partes.<sup>28</sup>

#### *Exclusão e Marginalização*

No processo de incorporação e difusão do progresso técnico numa economia, manifestam-se dois efeitos contraditórios com relação à absorção de mão-de-obra: por um lado, o da exclusão e/ou expulsão e, por outro, o de incorporação nas novas atividades que surgem. É fato conhecido que o resultado líquido em termos de emprego produtivo global tem sido, na América Latina e particularmente no Brasil, decisivamente insatisfatório. É comum atribuir-se esta evolução negativa a uma espécie de "excesso" de modernização. Tal argumento baseia-se, em geral, na idéia de que a composição setorial do produto de nossas economias avança no sentido de um padrão "normal" de desenvolvimento, enquanto que a do emprego segue um caminho totalmente desviado. Esta situação seria devida a uma utilização exagerada da tecnologia importada, mais moderna, com maior intensida-

<sup>28</sup> Estas considerações chamam a atenção para a precariedade da utilização do termo "setor" ou "estrato moderno". Ao se fazer referência ao setor secundário, por exemplo, pensa-se num conjunto de atividades de transformação que produzem bens com determinadas características. Quando se menciona "setor moderno", não é possível pensar num conjunto determinado de bens que são aí produzidos, mas em atividades de produtividade relativa bastante alta e/ou "dinâmica".

de de capital e, conseqüentemente, "desajustada" à nossa constelação de fatores.

Em nosso entender, a tese exposta desvia a explicação daquilo que, na realidade, ocorre. Consideramos que a responsabilidade da evolução desfavorável do emprego produtivo não se relaciona com um "excesso" de modernização, mas com a *forma* que assume a mesma. Raciocinando numa perspectiva dinâmica, o problema não está em que a tecnologia seja importada ou utilize intensamente capital, mas sim na maneira como se utiliza o maior excedente derivado de sua aplicação.<sup>29</sup>

Na realidade, a forma de utilização do excedente, bem como de seus sucessivos incrementos, nos indica claramente qual o caráter do processo de modernização. Quando se fala da natureza concentrada da incorporação do progresso técnico e da apropriação de seus frutos, ou da circulação do excedente predominante no interior do setor moderno — setor que se expande espasmodicamente, dando lugar a um processo concentrado de acumulação de capital e da renda — está-se pensando precisamente na forma como é utilizado o excedente gerado pela força de trabalho e suas conseqüências sobre o perfil da evolução econômica.<sup>30</sup>

A seguir, examinaremos mais de perto as relações entre a modernização e a exclusão e marginalização.

Em primeiro lugar, cabe assinalar o fato de que quando o setor moderno se expande verticalmente, ou seja, sem absorver ou liquidar atividades tradicionais, a exploração da força de trabalho incorporada é mais intensa, enquanto que a mão-de-obra ocupada nos estratos produtivos não-modernos fica, em grande medida, "excluída" desta forma de exploração. Reduzem-se, assim, ainda mais os níveis relativos de produtividade nestes estratos e agrava-se a heterogeneidade pelo lado dos cortes tecnológicos.

Quando, pelo contrário, a modernização se estende a determinadas partes das atividades produtivas tradicio-

<sup>29</sup> Desde que aumente, em termos ricardianos, o produto, por unidade, do insumo capital-trabalho.

<sup>30</sup> Não duvidamos da importância de desenvolver estas considerações, tanto teoricamente quanto a nível de exemplos. No entanto, deixaremos esta tarefa para outro ensaio; a enunciação feita se deve unicamente à necessidade de chamar a atenção para idéias sobre um tema importante e que, a nosso ver, são equivocadas mas habitualmente aceitas com excessiva complacência.

nais — ou seja, torna-se mais extensiva — amplia-se a base de geração de excedente absoluto e relativo (ao elevar-se a produtividade e manter-se constantes os salários), mas acelera-se a taxa de expulsão de mão-de-obra antes empregada nas atividades que se modernizaram. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se amplia a base de geração do excedente ampliado, alimenta-se o processo de marginalização social que implica uma concentração da força de trabalho em áreas econômicas residuais ou atividades “depósito”. Desse modo, a extensão do setor moderno agrava, paradoxalmente, a heterogeneidade pelo lado da marginalização. Neste sentido, a incorporação e expulsão passam a ser duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização que assume, então, em sua plenitude, um caráter desigual e combinado.

#### *Aspectos da Modernização no Brasil*

No Brasil, durante as primeiras etapas de industrialização substitutiva, entre o final da Segunda Guerra e meados dos anos 50, havia grandes ilusões sobre a homogeneização global, sobretudo dada a possível magnitude dos impactos da urbanização em termos de absorção da mão-de-obra rural e da modernização extensiva do complexo industrial urbano. Não obstante, por volta do final dos anos 50, esta imagem começou a ser desfeita devido à situação do Nordeste, agravada por uma seca de grandes proporções. Isto se refletiu na evidência que ganharam as análises sobre desequilíbrios regionais, levantando diversas teses sobre a exploração das áreas atrasadas pelas áreas modernas de acumulação polarizada de capital. A nosso ver, exagerou-se a importância relativa do excedente eventualmente extraído das áreas atrasadas para alimentar a acumulação do Centro-Sul.<sup>31</sup> Esta região tinha uma capacidade física própria de

<sup>31</sup> Isto não significa menosprezar os efeitos de longo prazo da política cambial e da extração efetiva do excedente do Nordeste sobre a economia da região, ou que estejamos deixando de lado seu significado de curto prazo para o Centro-Sul entre 1953-1958/9. O problema consiste em que não é válido extrapolar estes acontecimentos para explicar as tendências posteriores. Ver, a esse respeito, o artigo de Antônio Castro sobre o Nordeste no segundo volume de seu livro já mencionado.

acumulação fechada e de expansão que, em grande medida, não dependia das relações intra-regionais.

Durante o período mais intenso da industrialização, mesmo quando se verificou uma dilatação da fronteira econômica e a extensão da modernização a várias áreas agrícolas, bem como a incorporação de novos contingentes da população ao setor serviços em vários pólos urbanos, a heterogeneidade se acentuou, juntamente com a concentração de capital e a redução do ritmo de absorção produtiva da força de trabalho nos centros urbanos. Frente à crise e posterior recuperação do ritmo de crescimento, a relação entre os setores não-modernos e modernos se enfraqueceu não somente porque o complexo moderno ampliado estivesse em fase de “digestão” de sua própria capacidade, mas porque o impacto da crise recaiu mais que proporcionalmente sobre as atividades tradicionais (agricultura de alimentos e matérias-primas para as indústrias tradicionais, indústrias de bens de consumo não-durável, parte da construção civil).

Não obstante, os vínculos com a região mais atrasada — o Nordeste — se estreitaram, visto que, aproveitando os estímulos fiscais concedidos pelo Governo a partir de 1963 e revigorizados em 1965/66, o Centro-Sul passou a jogar uma significativa massa de excedente na industrialização dessa região, inaugurando uma espécie de divisão regional do trabalho no setor industrial. No entanto, esta invasão parcial dos estratos intermediários e primitivos através da modernização originou, mais uma vez, um aprofundamento da heterogeneidade estrutural, agora dentro da área “Nordestina”, precipitando um violento processo combinado de incorporação limitada, expulsão e marginalização da população da região.

Os problemas de materialização do excedente se agravaram no complexo do Centro-Sul, apesar das oportunidades de investimento encontradas no Nordeste. Produziu-se no interior do complexo Centro-Sul um considerável enfraquecimento das relações interestratos econômicos moderno e não-moderno (a nível de insumo produto); reduziu-se consideravelmente a demanda de mão-de-obra e de novos insumos das atividades modernas às atrasadas. Assim, o capitalismo brasileiro viu-se diante da situação de afogar-se no excedente e não conseguir realizar seu valor. Buscou-se, como já se viu, uma saída através do aumento da taxa de mais-valia sobre a força de trabalho incorporada e de uma nova reconcentração

da atividade econômica e da renda. Tudo isso visando, implícita ou explicitamente, ampliar o mercado das classes médias, intensificar a capitalização e promover uma nova onda de expansão.

O Brasil conseguiu, assim, graças ao seu intensivo e acelerado processo de modernização, ampliado por suas dimensões espaciais, alcançar um grau de heterogeneidade sem paralelo na América Latina (com a possível exceção do México), sem que isto entorpecesse sua dinâmica. Neste processo coexistem altas taxas de incorporação, expulsão e marginalização — sem que o conjunto dessas três tendências tenha-se revelado contraditório com a expansão. Até agora isto contribuiu para dificultar a manifestação, no interior do processo de expansão capitalista, das violentas contradições sociais e políticas derivadas do caráter excludente do desenvolvimento capitalista verificado no Brasil. Embora tenha-se ampliado a base econômica do conflito de classes, vem-se desenvolvendo muito lentamente nas massas a correspondente capacidade de pressionar por suas reivindicações, seja pela força da coerção que sofrem, seja por seu baixo nível de organização. Também neste sentido o Brasil constitui uma exceção em relação aos demais países com um grau comparável de desenvolvimento capitalista.

### III. TENDÊNCIAS DA CONCENTRAÇÃO

#### *Características Gerais da Concentração*

O desenvolvimento do capitalismo está profundamente marcado pelo processo de concentração, tanto no perfil que assume como nos resultados econômicos e sociais que alcança em cada etapa. Daí ser esse um fenômeno decisivo na explicação do funcionamento e expansão do sistema.

Antes de começarmos a examinar certos aspectos relacionados com a economia brasileira, é necessário precisar melhor algumas idéias sobre o próprio processo de concentração, a fim de permitir uma análise mais adequada dele.

É muito corrente a idéia de que, sobretudo em economias como as nossas, o processo de concentração é linear. Em outras palavras, pensa-se que há uma tendência permanente à concentração da propriedade e à produção em mãos de umas poucas empresas e, ainda que

a renda tenda a fluir cada vez mais para as mãos de uma cúpula numericamente insignificante da população, fatos que determinariam um progressivo e inexorável estreitamento relativo do mercado. É necessário qualificar esta formulação visto conter uma dose excessiva de simplificação e abstração que prejudica as interpretações sobre o desenvolvimento de nossas economias e, principalmente, possibilita previsões equivocadas de estagnação para algumas delas. Tentaremos, pois, expor, a seguir, algumas qualificações que julgamos importantes.

Qualquer processo de concentração é acompanhado de perto por outro de desconcentração e reconcentração e o resultado pode ou não representar um aumento do coeficiente global de concentração; não obstante, durante o mesmo mudam significativamente as relações e a composição interna dos diferentes estratos produtivos, de propriedade, de tamanho da empresa e da renda. Em conseqüência, reorganiza-se o mercado e o funcionamento do sistema. Tudo isto sem que, necessariamente, aumente a concentração global (absoluta).

Se, no entanto, pensarmos nas relações entre os diversos tipos de concentração, podemos observar que a concentração do capital nos centros urbanos, nas mãos de poucas empresas, não significa, necessariamente, propriedade das mesmas, visto que basta o controle financeiro ou tecnológico para dominar as decisões de investimento e retirar o excedente eventualmente necessário para a realização do sobrelucro das firmas dominantes.

Por outro lado, a tendência ao desaparecimento da pequena e média empresa como conseqüência da concentração empresarial, determinada, por sua vez, pelas dimensões da escala mínima frente à estreiteza do mercado, não se verifica necessariamente. Em primeiro lugar, esta dimensão mínima só existe para as empresas de alguns ramos. Em segundo lugar, juntamente com o desaparecimento da pequena e média empresa tradicionais, substituídas pelas grandes, verifica-se o surgimento da pequena e média empresa moderna, fornecedora ou cliente da grande empresa dinâmica, bem como um acelerado desenvolvimento das empresas artesanais de luxo que acompanha a sofisticação do consumo urbano. E isto para não nos referirmos aos pequenos e médios serviços de comércio e negócios diversos.

Na realidade, não existem grandes empresas finais isoladas, mas sim macromoléculas com empresas domi-

nantes e uma constelação renovada de pequenas e médias empresas complementares. Além disso, não se pode esquecer que só em casos de países com grau muito baixo de industrialização, ou em economias de enclave, é possível imaginar um processo de urbanização sem efeitos internos de encadeamento para trás e para diante. Este "colchão" protetor de pequenas empresas pode encolher-se ou estender-se, acompanhando as flutuações periódicas do sistema, mas, em geral, não tende à monopolização.

Assim, o processo de concentração-desconcentração-reconcentração é permanente e, em certas etapas, pode resultar numa maior participação da grande empresa na produção e no emprego, embora isto nem sempre se verifique. O que sempre aumenta é o controle do excedente intercambiável no mercado, através de mecanismos que podem incluir separadamente a comercialização (oligopsônios de compra ou de venda), o financiamento (maior predominância do capital financeiro) e a tecnologia ("padronização" obrigatória ditada pela matriz ou filial dominante). No caso em que os mecanismos de controle envolvam todos esses elementos conjuntamente, estar-se-á frente à forma mais atual e sofisticada, expressa num tipo de organização em "conglomerados". O "conglomerado"<sup>32</sup> não é uma forma de organização monopolística centralizada do tipo das antigas corporações produtivas norte-americanas, como a Ford, General Motors, Standard Oil etc. Também não exige, necessariamente, a integração horizontal e vertical da produção em cada setor dinâmico (típico da monopolização), integração que corresponde à expansão do capitalismo até os anos 50 — como é o caso muito conhecido da DuPont-Carbide na química, da General Electric-Siemens na indústria elétrica e eletrônica. O sentido fundamental do conglomerado é, na realidade, controlar o excedente e o mercado e só leva à integração produtiva e ao controle de todo o processo de produção, de inovação ou adaptação tecnológica quando isto é fundamental para alcançar aquele objetivo. Em outras palavras, a finalidade do conglomerado não consiste

<sup>32</sup> A literatura sobre a origem e características dos conglomerados é abundante. Veja-se, entre outros, os trabalhos de Celso Furtado (*Revista de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile*), Stefan Hymers e diversos números da revista *Monthly Review and Developing Economies*.

em concentrar a produção, regular a absorção de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva mediante o aproveitamento das economias de escala e de encadeamento ou complementação; seu objetivo reside em captar o excedente de várias empresas ou setores e dar-lhe novas e diversificadas formas de aplicação que minimizem os riscos e mantenham a acumulação rentável do capital. Trata-se, pois, de expandir o mercado e de obter uma crescente massa de excedente, de uma forma muito mais flexível que a superacumulação em moléculas produtivas gigantes.

Embora para certas funções produtivas, tecnológicas e de acumulação real de capital mantenha-se a estrutura da grande empresa capitalista oligopólica,<sup>33</sup> para os esquemas de controle e reassinação de excedente em escala nacional ou mundial a formação do conglomerado torna-se cada vez mais necessária visto parecer a maneira mais eficiente de compatibilizar a formação real de capital com a acumulação financeira, evitando o aguçamento das crises de realização inerentes ao sistema capitalista.<sup>34</sup>

Esta nova forma de capitalismo financeiro permite, ao ganhar sentido nos países capitalistas subdesenvolvidos, a manutenção de uma pluralidade de formas de organização produtiva, com diferentes tamanhos de empresas e graus variados de avanço tecnológico. Mostra-se também capaz de controlar o excedente de atividades cujas formas produtivas encontram-se dissociadas entre si e, inclusive, capaz de solidarizar interesses de empresas ou grupos que seriam antagônicos em condições de concorrência oligopólica normal (ver como exemplo o caso da DELTEC no Brasil).

No que diz respeito ao processo de concentração da renda pessoal, ocorre algo semelhante em matéria de desconcentração e reorientação periódicas. A distribuição da renda não pode tender inexoravelmente à concentração exclusiva numa pequena cúpula (por exemplo, o último 1%), deixando o resto da população sem participação nos incrementos da renda. Se isso acontecesse, o sistema

<sup>33</sup> Que em alguns países menos dependentes continua sendo "nacional".

<sup>34</sup> No Japão, muito antes que nos Estados Unidos, a formação de conglomerados superou a antiga dicotomia entre corporação produtiva e corporação financeira que ainda hoje predomina na economia nacional norte-americana e sendo a fonte de grandes contradições entre sua expansão como nação e sua condição de cabeça do imperialismo contemporâneo.

estaria condenado a viver numa permanente crise de realização. Na realidade, o que se observa é uma tendência a uma contínua redistribuição ou reconcentração da renda, em que se solidariza a ampliação do consumo de certos estratos sociais com a geração do excedente necessário.

Em todo este processo pode aumentar ou diminuir o coeficiente global de concentração ou o grau de desigualdade absoluto. Em nossos países, pode-se dizer que este aumenta ao passar de um processo extensivo de industrialização a outro intensivo e daí a um aprofundamento e diversificação do consumo das classes médias e altas urbanas.<sup>35</sup> No entanto, altera-se a posição relativa dos estratos de renda que representam grupos sociais incorporados ao mercado em expansão, em função da demanda que o sistema necessita. É possível, inclusive, que embora aumente a concentração global, reduza-se a concentração parcial do subconjunto das classes médias e altas da escala distributiva.

É evidente que no caso dos maiores países da América Latina, na atual etapa de desenvolvimento por diversificação do consumo, exige-se uma incorporação sustentada pelos grupos médios.<sup>36</sup> Quando o sistema não tem condições de propiciar esta incorporação de maneira satisfatória, seja pelo lado do emprego, seja pelo do gasto (financiando o endividamento crescente dos grupos médios) ou, finalmente, pelo lado da renda, através de uma diferenciação cada vez maior de salários e em favor da tecnocracia e burocracia, a tendência é, realmente, a manifestação de crises de realização. A capacidade ou não das mesmas pelo sistema depende tanto de fatos estruturais, com certo grau de permanência histórica, quanto do quadro conjuntural verificado na etapa de transição. Para

<sup>35</sup> Ver, a esse respeito, Anibal Pinto, "Diagnóstico, estructura y esquemas de desarrollo en América Latina" (*Boletín de la Escuela Latinoamericana de Sociología, FLACSO*, n.º 5, 1970), e Pedro Vuscovic, "Distribución del ingreso y opciones del desarrollo".

<sup>36</sup> Do mesmo modo que na etapa da industrialização extensiva, necessitava-se incorporar as classes assalariadas. Não foi por acaso que em vários países da América Latina este período correspondeu à idade de ouro do populismo, compatível com a dinâmica do sistema. Nos países onde as formas populistas chegaram muito tarde ou permaneceram até a etapa seguinte de industrialização, verificou-se uma ruptura no esquema de alianças verticais. Ver os trabalhos de Francisco Weffort, por exemplo, "Estados y masas en Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 7, maio de 1966, e Luciano Martins, *op. cit.*

o capitalismo brasileiro de meados da década passada, ambos os tipos de fatores foram favoráveis.

#### *Os Dois Mecanismos Básicos da Reconcentração no Brasil*

O processo de reconcentração em curso no Brasil desde 1964 apoiou-se, fundamentalmente, nos novos mecanismos de poder exercidos pelo Estado e no crescente controle financeiro e tecnológico, em mãos do capitalismo internacional.

A reconcentração da propriedade, produção, renda e mercados é uma consequência deste novo modo solidário de atuação dos recursos básicos da expansão, através de mecanismos cada vez mais centralizados. São, pois, o resultado simultâneo de uma política instrumentada e de leis inexoráveis de funcionamento interno do capitalismo subdesenvolvido que levam a um processo de acumulação fechada de capital e dos frutos do progresso técnico.

No caso do Brasil, o que interessa não é tanto a concentração da propriedade e da produção, mas sim os mecanismos de controle dos setores dinâmicos e o problema da limitada participação das massas incorporadas ao processo de expansão. Sobre o primeiro aspecto, o fundamental seria mencionar a forma que se demonstrou como a mais eficiente para controlar os setores dinâmicos, relacionada com o "novo" capitalismo financeiro que adquire uma importância crescente. Sobre o segundo aspecto, a análise do processo de reconcentração da renda pode esclarecer o tema. Neste ensaio trataremos, unicamente, do segundo aspecto do problema.

#### *A Reconcentração da Renda no Brasil*

É conveniente, para a visualização da distribuição da renda e suas alterações, que acompanham as transformações do capitalismo, apresentar um esquema que compreende cinco grupos de renda:

- Grupo A: classe alta, burguesia (proprietários, gerentes);
- Grupo B<sub>1</sub>: classes médias altas (algumas profissões liberais, altos funcionários, empresários médios);
- Grupo B<sub>2</sub>: classes médias urbanas (burocracia pública e privada, pequenos comerciantes);

Grupo C : classes assalariadas de base;  
 Grupo D : trabalhadores rurais, trabalhadores independentes urbanos, marginais.

Parece-nos que a dinâmica fundamental da distribuição limita-se praticamente aos grupos B e C. A classe alta mantém ou aumenta sua participação, enquanto que o grupo D não participa de modo significativo nos lucros de produtividade do sistema.

Pode-se avaliar que a distribuição da renda em 1960 assumia o seguinte perfil:

Grupos	População total	Renda anual	
		Participação no total (%)	Nível absoluto por pessoa (dólares)
A	700.000 ( 1%)	28	8.400
B <sub>1</sub>	2.800.000 ( 4%)	16	1.200
B <sub>2</sub>	10.500.000 (15%)	21	420
C	21.000.000 (30%)	20	200
D	35.000.000 (50%)	15	90

FONTE: *Estudo da Distribuição da Renda no Brasil*, CEPAL, Rio, 1967.

Embora em 1960 o Brasil tivesse um mercado para bens duráveis de consumo sofisticado, de dimensão aproximadamente semelhante aos da Argentina e México, os padrões de renda e consumo dos grupos médios eram nitidamente inferiores, devido à alta concentração e ao tamanho absoluto da cúpula. Conseqüentemente, eram mínimas as possibilidades da economia de manter a solidariedade entre a participação dos grupos médios e o progressivo aumento da concentração na cúpula se não se recompusesse o esquema de distribuição.

A partir de 1961, a aceleração inflacionária passou a minar os salários reais urbanos e, portanto, a posição relativa dos Grupos B<sub>2</sub> e C. Começou, por conseguinte, a restringir-se a base do mercado de consumo popular, sem que se ampliasse, substancialmente, o mercado de diversificação do consumo, devido à baixa participação dos grupos médios; restou daí apenas a intensificação dos

padrões suntuários das classes altas como elemento de impulso dinâmico pelo lado do consumo.

Em 1963, o Governo, talvez para enfrentar esta evolução, tentou implementar um esquema redistributivo em favor das classes populares, esquema que estava condenado ao fracasso dadas as tendências prévias do processo de expansão e a manutenção dos parâmetros básicos de funcionamento do sistema.

A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema distributivo "conveniente" ao sistema, começando por redistribuir a renda em favor dos setores das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. Esta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis e, posteriormente, pelo lado da renda, mantendo a queda dos salários mínimos reais mas permanecendo constantes os médios, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes. Tudo leva a pensar que a concentração na cúpula continuou e ainda com maior vigor, desde o significativo crescimento do excedente a partir de 1967, possibilitado por um nível de salários reais rebaixado em quase 30%, no caso do salário mínimo (em relação a 1961), em condições de recuperação e expansão acelerada do nível de atividade econômica urbana. No entanto, a maior incorporação de mão-de-obra, derivada da expansão, permitiu que o número de pessoas que trabalham por família urbana aumentasse significativamente em 1969, em comparação com o decênio anterior, possibilitando que a renda média por família assalariada, em 1970, chegasse mais ao nível registrado no início da década.

#### A Distribuição da Renda em 1970

Admitindo como hipótese muito otimista que durante o último decênio a renda média por pessoa ocupada na agricultura tenha aumentado proporcionalmente à produtividade média do setor e aceitando, com mais otimismo ainda, que não se tenha intensificado o ritmo de marginalização, poder-se-ia avaliar que o estrato correspondente aos 50% inferior aumentou sua renda média de aproximadamente 1% a. a.

Apesar da hipótese formulada em relação às classes pobres, certamente mais favorável do que verdadeiramente

te ocorreu, o esquema de distribuição da renda em 1970 mostraria, em relação a 1960, uma maior taxa global de desigualdade e uma maior concentração na cúpula. Em compensação, tanto o peso relativo da participação na renda, pelos grupos médios altos, como os níveis promédios dos grupos médios em seu conjunto teriam aumentado significativamente.

Admitindo-se, para fins de simplificação, que a renda média brasileira seja de cerca de 400 em 1970, supondo-se que se mantenha a mesma estrutura de classes — hipótese muito otimista — e levando-se em consideração as alterações, já mencionadas, na distribuição, teríamos como um esquema provável para 1970 o seguinte:

Grupos	População total	Renda anual	
		Participação no total (%)	Nível absoluto por pessoa (dólares)
A	900.000 ( 1%)	30	12.000
B <sub>1</sub>	3.600.000 ( 4%)	20	2.000
B <sub>2</sub>	13.500.000 (15%)	22.5	600
C	27.000.000 (30%)	15.0	200
D	45.000.000 (50%)	12.5	100

FONTE: Estimativa dos autores.

Assim, os grupos A e B<sub>1</sub>, que representam 5% da população total, absorveram o grosso dos lucros de produtividade global do período e recebem 50% da renda total. Também o grupo B<sub>2</sub> melhora sua posição relativa em relação a 1960 e, se levarmos em consideração os incrementos absolutos da renda, seu peso absoluto no mercado de bens de consumo generalizado aumenta consideravelmente.

A importância para o mercado destes cinco grupos de renda pode ser apresentada da seguinte forma:

Grupo A : se apropria do excedente que alimenta o processo de acumulação e diversificação do consumo;

Grupo B<sub>1</sub>: núcleo fundamental do mercado moderno } maior posição absoluta, e relativa no período;

Grupo B<sub>2</sub>: base do mercado moderno }

Grupo C : base da extração do excedente e principal suporte do mercado tradicional. Seu poder de compra flutua com o salário mínimo real;

Grupo D : fora do mercado consumidor moderno. Uma parte de D representa a base de extração do excedente para os setores tradicionais e tem pequena participação relativa no consumo capitalista; a outra parte, cujas dimensões não se conhece, é constituída pela população marginal.

O montante absoluto da renda dos três grupos que contam realmente para o mercado moderno seria em 1960 de 14.650 milhões de dólares e em 1970 estaria próximo a uns 26.000 milhões, cifra superior ao Produto Interno Bruto do Brasil em 1960. Assim, durante a década, o mercado moderno teria crescido em 80%, contra 33% da renda *per capita*. Ou seja, do aumento de 15 mil milhões de dólares na renda nacional no período, 12 foram distribuídos entre 20% da população, contribuindo para alimentar a expansão do mercado dinâmico; apenas 3 mil milhões foram distribuídos entre os 80% restantes da população e teriam contribuído para aumentar o mercado tradicional.

É evidente que as estimativas apresentadas não têm um grande rigor e partem de uma base empírica extremamente débil; seu único propósito é dar uma idéia aproximada de qual teria sido a dinâmica da reconcentração da renda na década passada e evidenciar o equívoco sobre o estreitamento relativo do mercado como suporte da tese de estagnação.

#### IV. CONTRADIÇÕES E CRISE

Depois de haver esboçado algumas características importantes da dinâmica do capitalismo brasileiro — que provavelmente tem muita semelhança com outros sistemas capitalistas igualmente dependentes e subdesenvolvidos — torna-se lógico aprofundar o exame das contradições fundamentais e do caráter das crises potenciais do sistema. Não obstante, e por diversas razões, isto será objeto de outro ensaio. Em primeiro lugar, porque seria necessária uma análise mais profunda do desenvolvimento da organização financeira do sistema — núcleo funda-

mental para a compreensão do "movimento" do capitalismo brasileiro. Em segundo lugar, porque seria necessário voltar a estudar o desenvolvimento industrial das duas últimas décadas sob uma óptica que nos permitisse examinar em retrospecto os processos de expansão, modernização e concentração na economia. Torna-se, de qualquer maneira, óbvia a necessidade de situar toda a análise no contexto das transformações do capitalismo a nível mundial.

Formularemos, a seguir, apenas algumas indicações, de caráter parcial, que poderão servir de "pistas" para estudos de maior amplitude.

Se levarmos em consideração a dinâmica da incorporação e difusão do progresso técnico na economia brasileira, podemos observar uma significativa diferença em relação aos países capitalistas desenvolvidos, diferença que tende a configurar uma contradição muito peculiar do sistema. Na realidade, a expansão deste leva à ampliação da modernização como resultado da busca de novas "oportunidades de investimento" para realizar o excedente. Não obstante, há uma tendência a que esta modernização permaneça limitada como consequência da defesa do sobrelucro, derivado da presença de atividades atrasadas numa mesma área de mercado e combinada com uma demanda de artigos tradicionais que evolui muito pouco.

Assim, o potencial de modernização do sistema vê-se permanentemente frustrado em sua plena realização, o que significa manter a difusão do progresso técnico e seus frutos dentro de um circuito que se amplia lentamente e de forma espasmódica. No entanto, se, por um lado, a modernização restringe-se precisamente pela necessidade de preservar as taxas de lucro nas atividades modernizadas, por outro lado o excedente tende a ser crescentemente retido no circuito produtivo do setor moderno, o que dificulta os problemas para sua realização. Além da tentativa de aprofundar e diversificar o consumo "moderno" de bens e serviços, o sistema busca saídas nas formas já mencionadas de acumulação combinada que poderão ser favoráveis à medida que sejam solidárias, quanto a seus resultados produtivos, com a dinâmica do capitalismo internacional.

Antes de analisar mais amplamente as dificuldades para a realização do excedente no capitalismo brasileiro,

talvez seja útil insistir antes num ponto. A especificidade que assumem as crises de realização no Brasil não está relacionada com as flutuações periódicas da atividade econômica. Tais flutuações se associam à presença de um setor interno de bens de capital que tende a ampliar qualquer variação do nível da demanda efetiva ou a autogerar crises de demanda dada a desproporção existente entre o crescimento dos dois "departamentos": o de bens de consumo e o de bens de capital; neste sentido, não há diferenças importantes com relação ao caráter cíclico de qualquer outra economia capitalista.<sup>37</sup>

Nossa hipótese é de que a tendência à crise de realização, inerente a qualquer sistema capitalista, adquire características mais dramáticas e específicas nos sistemas dependentes subdesenvolvidos, como o brasileiro. Essas características estão relacionadas com a necessidade de mudanças permanentes e descontínuas na forma da assinação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente), explicadas, por sua vez, pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho. As economias latino-americanas e especialmente a brasileira "queimaram", historicamente, de modo cada vez mais rápido as etapas de expansão, induzidas pelo comportamento de seus setores dinâmicos, integrados de forma dependente ao esquema de divisão internacional do trabalho. Isto é consequência, dadas as condições de maior ou menor geração de bases internas de auto-sustentação do processo de expansão, do fato de que nossas economias, ao serem incapazes de gerar e controlar endogenamente suas formas de incorporação do progresso técnico, passam a ter possibilidades muito limitadas de integrar-se no mercado internacional. Isto conjugado com a impossibilidade de geração interna da modernização, encurta os períodos em que se torna necessário reorientar — e cada vez mais intensamente — o excedente intercambiável.<sup>38</sup> A reorientação, às vezes drástica, da

<sup>37</sup> Deve-se acrescentar, no entanto, que também não seria pertinente dizer que a crise — no caso de certas economias subdesenvolvidas de maior grau de diversificação industrial — tenha apenas um caráter reflexo em relação às crises das economias centrais.

<sup>38</sup> Uma eventual integração maior no mercado internacional permitiria a suavização das transformações, já que o mercado externo aumentaria o raio de manobra do processo econômico interno.

atividade econômica só seria possível mediante alterações periódicas e intensas no esquema de concentração da renda e do produto, de maneira a ajustar-se aos novos esquemas de assinação de recursos. Tal situação implica que cada vez que se entre numa nova etapa de desenvolvimento capitalista necessite-se de uma reorganização dos mecanismos de poder — desde os instrumentos de controle estatal e novas formas de solidariedade com os agentes do capitalismo internacional até o plano das alianças de classe.

Tudo que foi dito anteriormente pode levar a pensar que, juntamente com as tendências às crises periódicas de realização, manifestem-se, cada vez com maior frequência, crises sociais e políticas, sobretudo quando não se tratam de simples flutuações da atividade econômica mas de alterações importantes no padrão de desenvolvimento capitalista.

Alguns países conseguiram transitar de um estilo a outro sem crises mais sérias graças a uma conjugação mais adequada da forma de expansão e/ou um maior controle político do sistema — como é o caso do México. Em outros, o sistema capitalista sofreu profundas rupturas no esquema institucional e político que prevalecia, acrescidas de condições extremamente coercitivas em favor dos grupos dominantes, não conseguindo reorganizar de maneira estável o mencionado esquema e nem mesmo chegando a constituir algo além de uma medíocre caricatura da moderna sociedade capitalista “de consumo”.

O capitalismo brasileiro, após uma importante ruptura em seu esquema político, parece haver conseguido tirar maior proveito de seu poder de controle sobre as variáveis chaves da acumulação e modernização, conseguindo, além disso, alcançar um modesto lugar, embora relativamente privilegiado, no novo esquema de divisão do mercado regional e internacional que se vem processando através das corporações transnacionais. Não obstante, permanece com significativos problemas de realização que o levaram, desde 1968, a desenvolver aceleradamente o sistema financeiro. Este mantém e extrapola uma taxa de inflação por volta de 25%, ritmo que embora tolerável, e até mesmo funcional para o sistema em expansão, impede a manutenção do poder de compra dos salários mínimos e agrava ainda mais a já dilatada taxa de extração de excedente da força de trabalho.

Embora não concordemos com as teses de estagnação e não vejamos limitações pelo lado do potencial de expansão na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, acreditamos que o mesmo apresenta constantes e renovados problemas relacionados com a realização do excedente. Como já foi antes mencionado, o aprofundamento deste tema deverá ser objeto de outro ensaio.